

# Acção Socialista

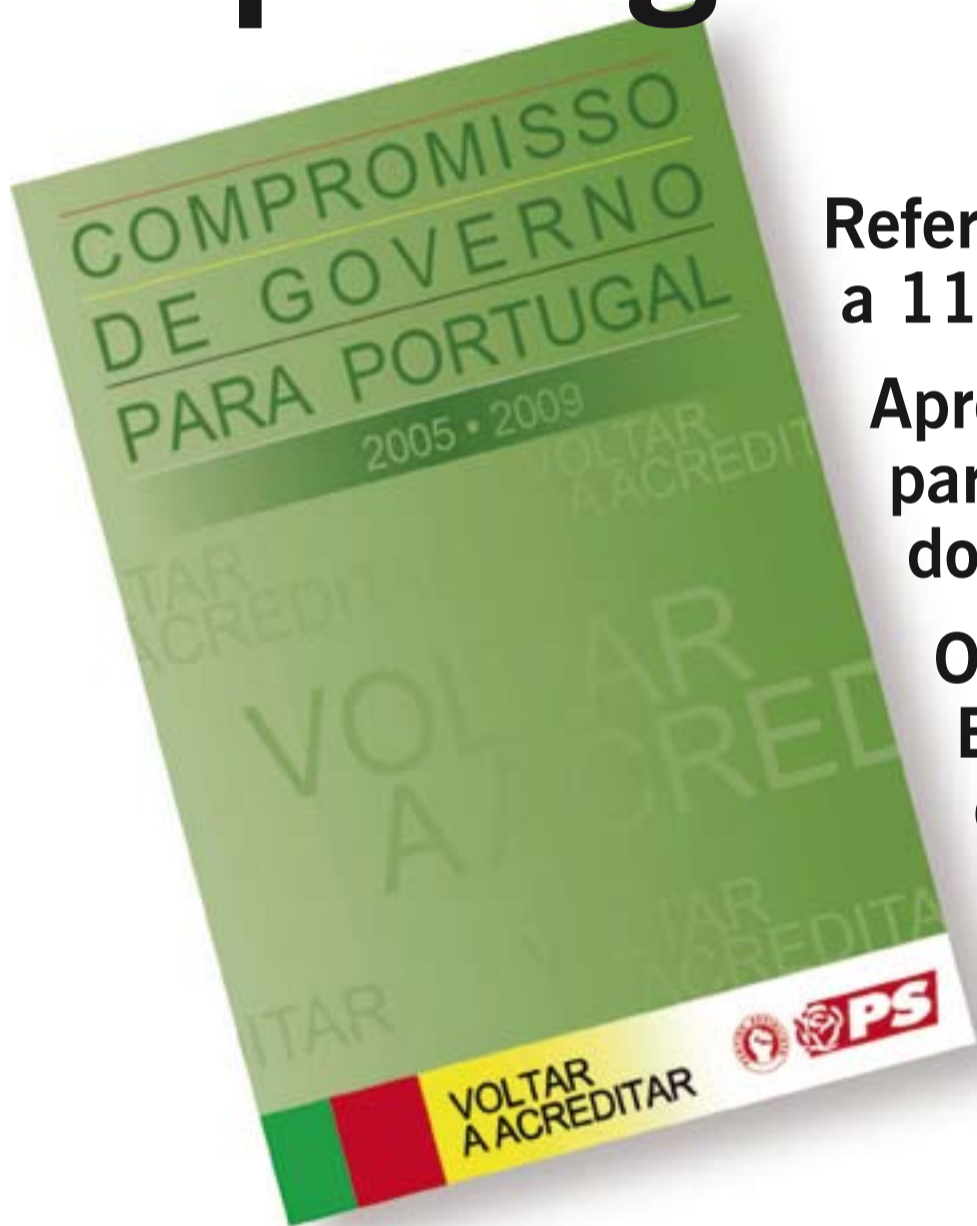


Nº 1273 30 Novembro 2006

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvano Gomes da Silva

[www.accaosocialista.pt](http://www.accaosocialista.pt) ■ [accaosocialista@ps.pt](mailto:accaosocialista@ps.pt)

## PS cumpre com os portugueses



Referendo à IVG  
a 11 de Fevereiro

Aprovada legislação  
para protecção  
dos consumidores

Orçamento de  
Estado de rigor  
e verdade

OE 2007

20

**Orçamento da  
esperança e da  
modernização  
solidária**



Entrevista

10

**Fernando  
Serrasqueiro:  
"A banca não podia  
continuar a vender  
arredondamentos"**



Comissão Nacional

3

**Eleitos órgãos  
estatutários**

Entrevista a Miguel Coelho

8



**"Quem  
manda na  
Câmara é o  
líder do PSD"**

SUPLEMENTO



# PSE

PARTIDO  
SOCIALISTA  
EUROPEU

## 7º Congresso

Porto :: Antiga Alfândega :: 7 e 8 de Dezembro de 2006

Acompanhe os  
trabalhos em directo

[www.pes.org](http://www.pes.org)

## EDITORIAL

## A PALAVRA, A ACÇÃO E A CONFUSÃO



JORGE SEGURO  
SANCHES  
Director

**1. PALAVRA** – Em tempo de propostas eleitorais, o PS nas últimas legislativas assumiu com os portugueses o compromisso de relançar as políticas de defesa dos consumidores portugueses.

Esse compromisso foi reforçado logo no momento do início de funções do XVII Governo Constitucional, quando José Sócrates, no discurso de tomada de posse, afirmou a intenção de “resolver os estrangulamentos que impedem que o interesse geral se imponha aos interesses particulares e corporativos que não servem a maioria dos portugueses”, reforçando que o Governo não recuará “perante esses obstáculos que tolhem os direitos dos cidadãos, que lesam os consumidores e que, numa palavra, prejudicam o país e o bem comum”.

A força deste compromisso foi, aliás, bem notado pelos portugueses: afinal José Sócrates tinha sido alguns anos antes o responsável nos governos do PS pela pasta da defesa do consumidor, estando muito presentes na memória dos portugueses a defesa dos cidadãos, nomeadamente na actualização dos prémios do seguro automóvel em função da idade das viaturas e das facturas detalhadas dos operadores telefónicos.

**2. PALAVRA** – Quer no programa eleitoral do PS das legislativas de 2005, quer no programa do Governo, o PS assumiu ter passado tempo mais que suficiente desde a realização do anterior referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez (IVG). Na campanha, o PS comprometeu-se com os portugueses, no sentido da promoção de um novo referendo sobre a despenalização da IVG.

**3. PALAVRA** – Quando na campanha eleitoral para a Câmara Municipal de Lisboa, o candidato do PSD, Carmona Rodrigues, era confrontado com a possibilidade de governar sem maioria, a sua resposta era a de que estava

O PS, consciente do mandato conferido pelos seus eleitores corresponde na sua acção ao seu programa político claramente definido e referendado pelos portugueses

“habitado” e que tal cenário até tinha “algumas virtudes”, anunciando na altura um “pacto de governabilidade” para a maior autarquia do país, demonstrando que tal facto era determinante na gestão da cidade quando mais tarde ao negociar com o PP considerou que o objectivo da coligação era ter uma cidade com maior estabilidade de governação no Executivo camarário.

**1. ACÇÃO** – A recente aprovação, por parte do Governo, de legislação que estabelece as regras a que deve obedecer o arredondamento da taxa de juro quando aplicada aos contratos de crédito para habitação, bem como o reforço da informação, por parte da banca, das condições negociais desse tipo de contratos é mais uma forte medida no reforço da política de defesa dos consumidores portugueses, como já tinha sido a criação da Agência para

a Qualidade e Segurança Alimentar (ASAE).

**2. ACÇÃO** – Na sequência de uma iniciativa do PS no Parlamento, o Presidente da República convocou para o próximo 11 de Fevereiro um novo referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez. A ideia tinha sido lançada no Parlamento a 21 de Março do ano passado, pelo líder da bancada parlamentar socialista, Alberto Martins, que na mesma semana entregou na mesa da Assembleia da República a proposta para a realização de um novo referendo.

**3. CONFUSÃO** – Segundo algumas notícias, a razão da ruptura entre o PSD e o CDS/PP na Câmara Municipal de Lisboa terá a ver com o veto imposto pelo PSD ao nome de um administrador para a Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Chiado. Ou seja, a ruptura não teria sido decidida pelos eleitos da autarquia de Lisboa, mas sim imposta pela direcção nacional do PSD. A ruptura que aconteceu, e da qual não se conhece a versão do presidente Carmona Rodrigues, coloca em risco a governabilidade da Câmara da capital, já por si difícil de gerir pela sua dívida enorme e pela suspeita de má gestão em processos como o da EPUL.

**CONCLUSÃO** – Para além das diferenças ideológicas e das opções políticas, PS e PSD, os dois maiores partidos portugueses, têm duas formas muito diferentes de exercer o poder que lhes foi confiado pelos portugueses.

O PS, consciente do mandato conferido pelos seus eleitores, corresponde na sua acção ao seu programa político claramente definido e sufragado pelos portugueses. O PSD, embrenhado em lutas fratricidas de poder, usa o mandato que os cidadãos lhe conferiram para ajustar contas internas, colocando o interesse público muito atrás da mercearia e das guerrilhas partidárias.

# Salazar e Caetano foram os principais culpados pelos dramas da descolonização

“QUASE MEMÓRIAS”, DE ALMEIDA SANTOS

**“Eu e Mário Soares fomos tão vilipendiados sem razão” por causa da descolonização. Este o desabafo de Almeida Santos, na apresentação no dia 28, na biblioteca da Assembleia da República, dos dois volumes do seu livro “Quase Memórias”, onde responsabiliza em primeiro lugar a cegueira e teimosia de Salazar e a indecisão Caetano pelos dramas que marcaram o processo de independência das ex-colónias.**

J. C. CASTELO BRANCO



Esta é a minha verdade sobre o estertor do colonialismo, sobre o dossiê da descolonização e sobre os mais salientes acidentes do processo revolucionário posterior a Abril que lhe determinaram o tempo, o modo e o resultado final

O que relato neste livro é a minha verdade. Sem arranjos nem atavios. Penso que história objectivamente pura é coisa que não existe. Mas afianço que tentei a máxima objectividade de que fui capaz

Almeida Santos  
“Quase Memórias”

“EU e Mário Soares fomos tão vilipendiados sem razão que, esperar 30 anos para apresentar este livro, é sinal de respeito por algumas instituições e pessoas. A História serve-se fria e nem sempre quando esfria cheira bem”, afirmou Almeida Santos, sublinhando que no processo de descolonização a “culpa” do processo foi “mais colectiva e partilhada do que se pensa”.

Após a abertura da sessão pelo presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, e apresentação da obra pelo constitucionista Gomes Canotinho, o presidente do PS defendeu que, “se alguém sai mal do retrato da descolonização, a culpa é da verdade histórica”.

Almeida Santos afirmou sentir-se agora

“mais apaziguado” após ter lançado os dois volumes das suas “Quase Memórias”. “Valeu a pena ter vivido o que vivi, valeu a pena ter escrito o que escrevi só para viver este momento”, concluiu, algo emocionado, Almeida Santos, perante uma vasta assistência, onde pontificavam ministros, deputados, antigos governantes, militares de Abril, resistentes antifascistas, amigos e familiares.

A primeira intervenção coube a Jaime Gama que considerou a mais recente obra do seu antecessor na presidência da Assembleia da República e seu camarada de partido “uma reflexão longa e bem meditada”.

“Grande governante, distinto político, Almeida Santos é um português com um história para contar”, afirmou Jaime Gama,

referindo ainda que o presidente do PS “segue a máxima” do imperador medieval da Prússia Frederico II: “O povo faz o que quer e eu faço o que entendo”.

O constitucionista Gomes Canotinho que fez a apresentação do livro, sob o lema “A necessidade moral da História e a urgência da memória”, afirmou que “Almeida Santos quis combater o esquecimento daquilo que não se pode esquecer”. E sustentou, socorrendo-se da experiência histórica, que “não houve descolonizações perfeitas, nem em Portugal nem nos outros países coloniais”.

No primeiro volume de “Quase Memórias” ocupam lugar de destaque os factos vividos pelo autor em Moçambique,

durante duas décadas, onde se destacou como distinto advogado e opositorista à ditadura do Estado Novo, enquanto no segundo volume dá a sua visão privilegiada do processo de descolonização e dos principais acontecimentos ao longo do PREC.

Ministro em cinco dos seis governos provisórios que se seguiram ao derrube da ditadura, Almeida Santos responsabiliza em primeiro lugar Salazar e Marcello Caetano pelos dramas que marcaram a descolonização.

Escrita de forma brilhante, “Quase Memórias” é uma obra fundamental para uma melhor compreensão das últimas décadas da nossa história contemporânea. Imperdível.

# PS unido e coeso em torno do Governo



## COMISSÃO NACIONAL

**“O PS apresenta-se um partido coeso e unido em torno do Governo e do primeiro-ministro, estando preparado para sustentar as políticas reformistas que tem vindo a desenvolver”, afirmou o porta-voz do partido, Vitalino Canas, no final da Comissão Nacional do dia 26 de Novembro, onde foram aprovadas, sem nenhum voto contra, as listas para os órgãos nacionais propostas pelo secretário-geral.**

J. C. CASTELO BRANCO

VITALINO Canas referiu que “a unidade” do PS resulta de ser “o referencial de estabilidade em Portugal”, em contraste com aquilo que se passa actualmente com as oposições, onde a desordem chegou para ficar.

O porta-voz do PS considerou “muito triste” o recente episódio do fim da coligação do PSD com

o CDS/PP na Câmara de Lisboa, dando cabo da governabilidade na maior autarquia do país, em resultado da “intervenção directa” do líder laranja sobre uma questão de lugares.

Quanto ao PCP, criticou a recente tentativa de substituição de deputados, contra a Constituição, ficando claro que neste partido o

mandato não é do deputado, mas sim do Comité Central.

O porta-voz do PS classificou ainda de “ridícula” a situação que se passa no CDS/PP; onde a direcção deste partido já não consegue sequer entender-se com a sua bancada sobre a data das jornadas parlamentares.

Segundo sublinhou ainda Vitalino Canas, as políticas que o PS está a seguir no Governo “não têm alternativas, porque são as políticas correctas para desenvolver o país e estão a ter resultados”.

O país, disse, “está hoje melhor do que se encontrava em 2005, com mais crescimento, menos desemprego e mais competitividade”, acrescentando, no entanto, que “estes resultados ainda não são suficientes para que o país se possa desenvolver como queríamos, pelo que há que prosseguir

com a agenda de reformas”.

O dirigente socialista sublinhou ainda o facto de “a maioria social mais dinâmica do país estar a apoiar o Governo”.

Quanto às listas aprovadas para os órgãos nacionais do partido (ver quadros), Vitalino Canas disse que “se conciliou a renovação com a experiência de quadros, cumprindo-se a regra das quotas”.

De salientar que a lista para a Comissão Política, segundo frisou o secretário-geral, José Sócrates, está ordenada, não por ordem alfabética como era hábito, mas correspondendo a uma verdadeira hierarquia do partido. Uma lista, explicou, que foi “determinada por razões políticas” e que “valoriza os méritos, os recursos, sem sectarismo, assegurando a representação regional do PS”.

Na votação para a Comissão Po-

lítica do partido, num universo de 240 votantes, a lista proposta pelo secretário-geral obteve 218 votos a favor, 20 brancos e dois nulos. A lista para o Secretariado Nacional registou 227 votos favoráveis, 12 brancos e um nulo. Para a Mesa da Comissão Nacional, houve 231 votos favoráveis, 9 brancos, sem votos nulos, enquanto a Mesa da Comissão Política recolheu 229 votos favoráveis, tendo-se registado ainda 11 brancos e zero nulos. O director do “Acção Socialista”, Jorge Seguro, foi reconduzido no cargo, com 231 votos a favor, nove brancos e zero nulos, e José Augusto Carvalho foi eleito director do “Portugal Socialista”, com 229 votos favoráveis, 11 brancos e zero nulo. Em todas as eleições para os órgãos nacionais do PS e directores dos órgãos de informação do partido houve um universo de 240 votantes.



**SECRETARIADO NACIONAL****SECRETÁRIOS NACIONAIS****Ana Paula Vitorino****António Costa****Augusto Santos Silva****Carlos Lage****Edite Estrela****Idália Moniz****José Lello****Luís Amado****Marcos Perestrello****Pedro Silva Pereira****Vieira da Silva****SECRETÁRIOS NACIONAIS-ADJUNTOS****Ascenso Simões****Fernando Serrasqueiro****Miranda Calha****Vitalino Canas****INERENTES****Alberto Martins****Carlos César****Jacinto Serrão****Maria Manuela Augusto****Pedro Nuno Santos****COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL****EFFECTIVOS**

Jaime Gama  
António Vitorino  
Maria Carrilho  
Jorge Coelho  
Alberto Costa  
Maria de Belém Roseira  
Francisco Assis  
João Cravinho  
Maria da Luz Rosinha  
Sérgio Sousa Pinto  
Capoulas Santos  
Susana Amador  
José Vera Jardim  
Jorge Lacão  
Maria Amélia Antunes  
João Soares  
Armando Vara  
Maria do Carmo Sequeira  
António Braga  
Laurentino Dias  
Leonor Coutinho  
Eduardo Cabrita  
Joaquim Pina Moura  
Alzira Serrasqueiro  
António José Seguro  
Joaquim Raposo  
Maria Antónia Almeida Santos  
Carlos Zorrinho  
Renato Sampaio  
Celeste Correia  
José Contente  
Mota Andrade  
Custódia Fernandes  
José Junqueiro  
Joaquim Morão  
Isabel Oneto  
Mesquita Machado  
José Lamego  
Rosalina Martins  
Victor Baptista  
Mário de Almeida  
Jamila Madeira  
Oswaldo Castro  
Paulo Pedroso  
Isabel Sena Lino  
António Magalhães  
Manuel Maria Carrilho

Ana Catarina Mendes  
Afonso Candal  
Marques Júnior  
Sónia Fertuzinhos  
Miguel Coelho  
José Mota  
Maria Helena André  
Luís Ameixa  
Orlando Gaspar  
Marta Rebelo  
Castro Fernandes  
João Paulo Pedrosa  
Rosa Albernaz  
José Apolinário  
António Rodrigues  
Eurídice Pereira  
Fernando Rocha  
Andrade  
Pedro Marques

**INERENTES**

**Secretário Geral**  
José Sócrates

**Presidente do Partido**  
António de Almeida Santos

**Secretariado Nacional**  
Ana Paula Vitorino  
António Costa  
Augusto Santos Silva  
Carlos Lage  
Edite Estrela  
Idália Moniz  
José Lello  
Luís Amado  
Marcos Perestrello  
Pedro Silva Pereira  
Vieira da Silva

**Presidente do Grupo Parlamentar na Assembleia da República**  
Alberto Martins

**Presidente do Grupo Parlamentar do PS/Açores**  
Francisco Coelho

**Presidente do Grupo Parlamentar do PS/Madeira**

Bernardo Martins

**Director do "Acção Socialista"**

Jorge Seguro Sanches

**Director do "Portugal Socialista"**

José Augusto Carvalho

**Presidente da ANA/PS**  
Rui Solheiro

**Presidente da Tendência Sindical Socialista**  
João Proença

**Representantes da Juventude Socialista**

Francisco André  
Célia Pessegueiro  
João Portugal  
Nuno Tomé  
Hélio Fazendeiro

**Presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas**  
Maria Manuela Augusto

**SUPLENTES**

António Galamba  
Fernando Medina  
Maria do Carmo Borges  
João Tiago Silveira  
Carlos Teixeira  
Ângela Pinto Correia  
Joel Hasse Ferreira  
Rui Oliveira e Costa  
Carla Tavares  
Guilherme Pinto  
José Miguel Medeiros  
Lurdes Ruivo  
José Luis Carneiro

Rui Vieira  
Jesuína Ribeiro  
Jorge Bento  
Carlos Trindade  
Helena Terra  
António Gameiro  
Filipe Costa  
Júlia Rodrigues  
José M. Carpinteira  
Francisco Leal  
Fernanda Ramos  
Joaquim Valente  
Victor Freitas  
Aldemira Pinho  
Emílio Mesquita  
Altamiro Claro  
Anabela Freitas  
Armando França  
Maria João Botelho  
Hélder Silva  
Correia da Luz  
Romana Romão  
Miguel Ginestal  
Luís Vaz  
Maria José Baptista  
João Vasconcelos  
André Figueiredo  
Teresa Almeida  
José Alberto Alves  
José João Carias  
Carla Violante  
Horácio Barra  
Paula de Deus  
Ricardo Gonçalves  
Isabel Raminhas  
Luís Carito  
Teresa Pedro  
Maria da Luz  
Rui Prudêncio  
Ana Couto  
Andreia Cardoso  
Manuel Pizarro  
Dalila Araújo  
Margarida Moreira  
Filipe Neto Brandão  
Teresa Diniz  
Ana Elisa Costa Santos  
Victor Hugo Sequeira  
Palmira Maciel  
Paula Barros  
Mário Mourão  
Fausto Correia

**Resultados das votações**

ELEIÇÃO	FAVOR	BRANCOS	NULOS	TOTAL
Mesa CN	231	9	0	240
Comissão Política Nacional	218	20	2	240
Mesa CPN	229	11	0	240
Secretariado Nacional	227	12	1	240
Acção Socialista	231	9	0	240
Portugal Socialista	229	11	0	240

**Mesa CN**

**Presidente**  
Almeida Santos

**Vice-Presidente**  
Joaquim Barreto

**Vice-Presidente**  
Maria Amélia Antunes

**Secretários**  
António Borges  
Maria do Carmo Sequeira  
José Miguel Medeiros  
Ângela Pinto Correia

**Mesa CPN**

**Presidente**  
José Sócrates

**Vice-Presidente**  
Jorge Coelho

**Vice-Presidente**  
Capoulas Santos

**Secretários**  
António Braga  
Isabel Sena Lino  
Marta Rebelo

**Director do "Acção Socialista"**

Jorge Seguro Sanches

**Director do "Portugal Socialista"**

José Augusto Carvalho

# Miranda Calha na presidência da Assembleia Parlamentar da NATO



O DEPUTADO socialista Miranda Calha foi eleito presidente da Comissão de Segurança e Defesa da Assembleia Parlamentar da NATO, na sessão anual que decorreu este mês no Quebec, Canadá, substituindo o republicano norte-americano Joel Hefley. Miranda Calha preside à Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República e é um dos sete portugueses membros da Assembleia Parlamentar da Organização do Tratado do Atlântico

Norte (NATO).

A Comissão de Segurança e Defesa “desempenha um papel relevante no acompanhamento das iniciativas da NATO e é uma das principais comissões da Assembleia Parlamentar desta organização”, afirmou ao “Acção Socialista” Miranda Calha, adiantando que este seu novo cargo “é bom para Portugal”.

Na 52ª sessão anual da Assembleia Parlamentar “foi apresentado um conjunto de relatórios”, um dos

quais subscrito por Miranda Calha, “sobre a evolução da situação no Afeganistão”, e preparou-se a próxima cimeira da NATO, que se realiza em Riga, Letónia, no final deste mês, acrescentou o deputado do PS.

Segundo adiantou Miranda Calha, o seu relatório inclui “uma análise em profundidade sobre os grandes eixos” da missão no Afeganistão, “a principal que neste momento a NATO está a realizar”.

# Lurdes Ruivo defende política nacional efectiva contra violência doméstica

A POLÍTICA nacional contra a violência doméstica deve passar pelo conhecimento da realidade, pela prevenção, protecção das vítimas e condenação dos agressores. Esta a ideia central da intervenção feita pela deputada socialista Lurdes Ruivo, no plenário da Assembleia da República no Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres (25 de Novembro).

Para a parlamentar do PS, torna-se urgente, ainda nos dias de hoje, “centrarmos a nossa energia na luta contra todas as formas de subjugação com base no sexo” porque este fenómeno – disse – “é uma das mais vergonhosas violações dos direitos humanos” atingindo uma dimensão global.

Neste sentido, advogou a necessidade de exigir aos Estados que condenem veementemente a violência sobre as mulheres e não permitam que se invoquem costumes, tradições ou considerações religiosas para iludir o seu dever de combater este flagelo com todos os meios ao seu alcance.

Depois de recordar a marca histórica das desigualdades nas relações de poder entre géneros, a deputada apontou como “reptos de importância crucial”



o conhecimento da realidade e o derrube da “cortina de silêncio” que a cobre, porque os registos públicos de ocorrências são “apenas a ponta do icebergue”.

Ao citar um relatório da UNICEF, Lurdes Ruivo lembrou que cerca de um quarto das mulheres de todo o mundo é, em algum momento da sua vida, vítima de abusos violentos na sua própria casa.

E observou que também a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa de 2002 concluiu que a violência contra as mulheres no espaço doméstico é a maior causa de morte e invalidez entre mulheres dos 16 aos 44 anos, ultrapassando o cancro, acidentes de viação e até a guerra.

Em Portugal – apontou –, as estatísticas não são mais animadoras, verificando-se um acréscimo de 17 por cento de queixas de violência sobre mulheres entre 2004 e 2005.

Todavia, ressaltou, há uma nota positiva a focar nesta matéria e que passa pela constatação de que “a mulher portuguesa

tem conquistado maior autonomia e já se sente ruidar o muro de silêncio em torno da violência de que são as principais vítimas”.

Lurdes Ruivo não deixou de referir o papel que os governos do PS têm desempenhado na definição e execução de políticas sobre esta matéria.

Salientou, assim, as alterações ao Código Penal introduzidas em 2000, em que o crime de maus-tratos entre cônjuges passou a ser público, a regulamentação já nesta legislatura das casas de abrigo, a conclusão para breve da regulamentação de 55 centros de acolhimento, de gabinetes e núcleos de atendimento em todo o território nacional e a projectada criação de uma rede nacional de núcleos de atendimento a vítimas de violência doméstica com pelo menos uma valência por distrito.

Antes de concluir afirmando que “sob a convivência de todos nós ainda persiste um sistema de dominação sobre as mulheres”, a deputada socialista lembrou que no nosso país a interrupção voluntária da gravidez continua a implicar para as mulheres não só um risco de vida, mas também o risco de serem julgadas e consideradas criminosas face à lei. **M.R.**

## OPINIÃO



ANTÓNIO CORREIA DE CAMPOS

*Demonstrámos este ano que o SNS é viável desde que modernizado. Acumular défices excessivos, diminuir qualidade em nome de uma falsa acessibilidade, não fazer reformas, tudo isto são sinais de irresponsabilidade*

# ESTAREMOS A PREJUDICAR O ACESSO AO SNS?

## 1. Porquê taxas no internamento e na cirurgia ambulatória?

Antes de mais, 5,5 milhões de portugueses estão isentos. Coisa que a oposição e a imprensa sensacionalista tendem a esconder. E também não se trata de aplicar o princípio do utilizador-pagador, como erradamente muitos tentam afirmar. Cinco euros por dia é muito? Certamente para alguns. Representará à volta do custo diário da alimentação de um cidadão de vida modesta, mas não paga três quartos do custo real de uma refeição no hospital; e não tem proporção com os 320 euros de diária de um hospital distrital ou os 480 euros num central. A receita de sete a nove milhões de euros será pequena? Porquê então este alto custo político para tão baixa receita?

Várias razões:

Um pequeno pagamento

- Aumenta a responsabilidade de quem serve e valoriza o serviço a quem o usa;
- Aumenta a eficiência da gestão pelo rigor dos serviços de cobrança dos hospitais;
- Reduz a demora média hospitalar e acelera a transição para as novas unidades de convalescência em cuidados continuados;
- Apesar de pouco, tem real valor: sete a nove milhões de euros permitem tratar dois mil novos doentes com cancro. Ainda demoramos dois a três meses até à cirurgia;
- A nenhum doente será barrado o seu internamento ou cirurgia ambulatória. Temos razão, mas também coração.

## 2. Não estaremos a prejudicar o acesso ao SNS?

O SNS foi em 30 anos o mais notável instrumento de igualização das condições de saúde dos portugueses. Todavia, “tornou-se pesado, pouco ágil, desarticulado, relutante em acolher a inovação, presa fácil de interesses particulares, gastador sem controlo útil”. Assim reza o Programa do Governo.

Temos de o modernizar. Melhorando a qualidade. Nada de mais injusto que a silenciosa desigualdade na qualidade do acesso.

Demonstrámos este ano que o SNS é viável desde que modernizado. Acumular défices excessivos, diminuir qualidade em nome de uma falsa acessibilidade, não fazer reformas, tudo isto são sinais de irresponsabilidade.

Mas o SNS não tem apenas estes temas. O SNS são as Unidades de Saúde Familiar com que estamos a revolucionar os Cuidados de Saúde Primários, oferecendo médico de família às centenas de milhares que o não têm.

O SNS são os Cuidados Continuados a Idosos e Cuidados Dependentes de que teremos até Março cerca de dois mil lugares contratualizados e pagos pela receita dos jogos sociais.

O SNS são grandes hospitais centrais mais bem geridos, contidos na despesa e ampliados na qualidade.

O SNS é a promoção da saúde, a luta antitabágica, a escola promotora de Saúde, a prevenção organizada das pandemias; é a luta pela descriminalização da Interrupção Voluntária da Gravidez. Mas é também a melhor tratamento no cancro, na diabetes, nas cardio e cerebro-vasculares, na sida e toxicoddependência, na doença mental e no alcoolismo.

A fuga para a privatização agora proposta pelo PSD vem de quem nunca acreditou no SNS e apenas a ele se colou por oportunismo. Novos desafios se nos colocarão em breve com novas unidades do sector privado. São bem-vindas! Que não predem, nem mordam o SNS.

O SNS é algo que está dentro de nós, socialistas; que deve ser defendido e ampliado para as prisões, para a saúde dentária, pelo menos até aos 16 anos, para a luta contra a obesidade, o maior flagelo do séc. XXI, para a saúde dos trabalhadores também imigrantes. Pequenos sacrifícios imediatos são a melhor garantia do seu futuro.

# Segurança Social lança megaoperação de fiscalização a sete mil empresas



“As contribuições estão a crescer de forma sustentada, não ocasional

Este é um trabalho que consideramos sempre inacabado”

Vieira da Silva  
Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social

J. C. CASTELO BRANCO

OS SERVIÇOS da Segurança Social têm em curso uma acção de fiscalização de sete mil empresas que não procederam à entrega das declarações de salário dos seus trabalhadores, nem responderam às notificações já feitas. Esta acção segue-se a uma outra, realizada em Setembro, que envolveu a notificação de um total de 71.775 empresas.

O anúncio foi feito pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, em conferência de Imprensa destinada a apresentar o balanço do plano de combate à fraude e evasão contributivas e prestacionais, referente ao terceiro trimestre, em que foi assegurada, nos primeiros nove meses de 2006, uma receita superior à prevista para o ano inteiro, num total de 352,4 milhões de euros.

“Temos sete mil empresas que já foram notificadas por atrasos no pagamento das contribuições. As notificações ficaram sem resposta, pelo que se segue agora um processo de fiscalização” por parte do Instituto de Gestão da Segurança Social, afirmou o ministro.

Na conferência de Imprensa, Vieira da Silva, que se encontrava acompanhado dos secretários de Estado da Segurança Social e do Emprego e Formação Profissional, respectivamente, Pedro Marques e Fernando Medina, referiu que o combate à fraude e evasão contributivas e prestacionais permitiu

**6,1%**

As contribuições para a Segurança Social cresceram, até Setembro, acima dos 5,1 por cento previstos, e duas vezes mais do que a taxa de crescimento registada em 2005

ao Estado arrecadar, até ao fim de Setembro, 352,4 milhões de euros, um valor que ultrapassa o previsto para todo o ano e não considera ainda os 27,4 milhões de euros cobrados em Outubro, mês em que foi batido um recorde.

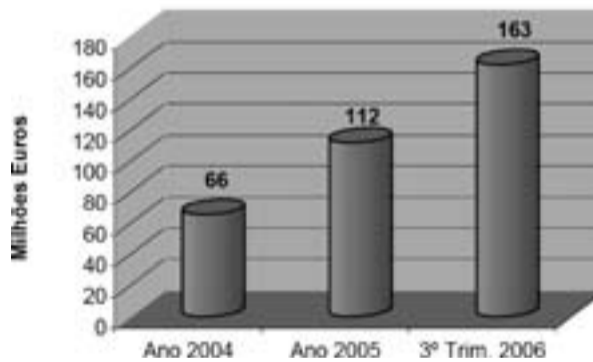
O ministro destacou o bom comportamento das contribuições para a Segurança Social, que estão a crescer “de forma sustentada, não ocasional”, a um ritmo de 6,1 por cento, “o dobro do valor registado há dois anos”. O crescimento está acima dos 5,1 por cento previstos no Orçamento do Estado para 2006.

Quanto à recuperação de dívidas à Segurança Social, outra das áreas do plano de combate à fraude e evasão contributivas e prestacionais, registou-se um crescimento face aos primeiros nove meses de 2005 de 114,4 por cento, ou seja, foram cobrados 162,5 milhões de euros contra 75,8 milhões nos primeiros três trimestres de 2005.

## RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS DE CONTRIBUINTES

3º Trimestre de 2005 → 75.806.710€  
3º Trimestre de 2006 → 162.524.595€ | Crescimento de 114,4%

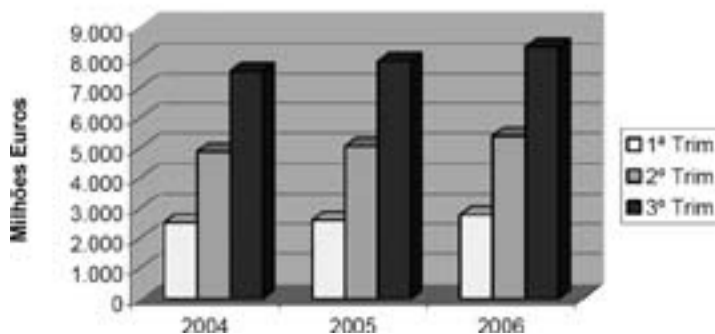
Cobrança de Dívida à Segurança Social



## COMPORTAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES

1º Trimestre de 2005..... 3,1 %  
OSS 2006 ..... 5,1 %  
3º Trimestre de 2006 ..... 6,1 %

Contribuições Acumuladas



O secretário de Estado da Segurança Social, Pedro Marques, realçou os acordos entretanto já estabelecidos com empresas com dívidas elevadas, que permitiram, por um lado, aumentar as receitas de 32,6 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2005 para 73,4 milhões de euros no período homólogo deste ano, e, por outro, manter cerca de quatro mil postos de trabalho devido à continuação da actividade dessas empresas.

Relativamente ao combate à fraude, registou-se um salto de 12,5 milhões para 36,8 milhões de euros. Esta evolução positiva é explicada pelo resultado da poupança, por cessação ou suspensão de pagamento de prestações sociais.

Entretanto, informou o ministro, vão ser desencadeadas quatro mil penhoras bancárias até ao final do ano, que vêm juntar-se às cerca de 8500 já realizadas. Esta operação já permitiu recuperar 18 milhões de euros, estimando-se atingir um valor da ordem dos 25 milhões de euros até Dezembro.

Os bons resultados obtidos, segundo Vieira da Silva, devem-se a um cada vez melhor funcionamento do sistema de cruzamento de dados entre a Segurança Social, o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e a administração fiscal, e a um reforço dos recursos humanos das secções de processo e de fiscalização. “Este é um trabalho que consideramos sempre inacabado”, sublinhou o ministro.

# Concluída a reforma mais urgente

## SEGURANÇA SOCIAL

RUI SOLANO DE ALMEIDA

A REFORMA da Segurança Social proposta pelo Governo foi aprovada na generalidade na Assembleia da República tendo baixado à discussão na especialidade.

Para o ministro Vieira da Silva, esta reforma surge como um instrumento capaz, por um lado, de proporcionar aos cidadãos uma maior confiança no seu sistema de Segurança Social e, por outro lado, como um instrumento em que se clarifica que o Estado não abdica do seu papel de garante da manutenção de um sistema de protecção solidário e universal sem contudo deixar de exigir mais responsabilidade ao cidadão.

Todavia, lembrou o titular da pasta do Trabalho e da Segurança Social, esta reforma acentua a exigência de não deixar cada um entregue a si ou aos mercados, numa parte substancial da sua protecção na velhice, constituindo antes uma reforma que “incentiva o aumento das poupanças, com a criação de um regime de contas individuais”.

Como defendeu o ministro, esta reforma assenta na introdução de um factor de sustentabilidade para efeito do cálculo das pensões ligado ao aumento da esperança média de vida, cenário que poderá levar os cidadãos a trabalhar um pouco para além da idade da reforma e consequentemente a descontar um pouco mais ou, em alternativa, a receber um pouco menos de pensão.

A reforma da Segurança Social prevê igualmente a antecipação da entrada em vigor da nova fórmula de cálculo de pensões, com base em toda a carreira contributiva, e a introdução de um novo indexante para os aumentos anuais das pensões, tendo por base a inflação e o crescimento económico do país.

Além destas medidas, consagra-se ainda a protecção das mais longas carreiras contributivas, a limitação das pensões mais altas, a promoção do envelhecimento activo e o reforço à fraude e evasão contributiva.

Para o ministro do Trabalho e da Segurança Social, com a aprovação desta reforma, o país passa a dispor de uma das mais relevantes peças legislativas do nosso modelo social.

Vieira da Silva recordou que esta reforma agora apresentada foi discutida longamente na sociedade portuguesa, um debate, lembrou, que começou em Abril de 2005, no momento em que o Governo tornou públicas as linhas gerais das suas propostas.

Daqui resultou, disse, “um consenso claro quanto à necessidade de se avançar com um processo de reforma da Segurança Social”.

Esta era com efeito uma medida absolutamente urgente face à situação criada por sucessivos anos de inércia ou absoluta ausência de medidas capazes de modernizar e actu-



alizar o processo de consolidação da Segurança Social portuguesa.

O ministro do Trabalho lembrou, a este propósito, alguns números que mostram quanto esta reforma se afigurava urgente.

Para se ter uma ideia da gravidade que a situação já estava a atingir, basta lembrar que entre 2000 e 2005 as contribuições para a Segurança Social cresceram apenas cerca de 25 por cento, enquanto que as pensões aumentaram mais de 50 por cento.

Por outro lado, a carreira contributiva dos novos pensionistas, que se reformam em média, e tal como as estatísticas indicam, por volta dos 63 anos é de apenas cerca de 27 anos, mesmo quando estes pensionistas, lembrou Vieira da Silva, “têm em média perspectivas reais de mais 20 anos de vida”.

Significativo é, também o facto de o número de pensionistas ter vindo a aumentar todos os anos entre 1,5 e 2 por cento, verificando-se que o valor das pensões de velhice em relação aos novos pensionistas têm também vindo a subir cerca de 33 por cento nos últimos cinco anos.

Esta realidade é para o ministro Vieira da Silva, fruto dos “ganhos muito positivos ocorridos nos salários e no aumento da esperança de vida dos portugueses”, mas deriva igualmente da consequência da juventude do nosso sistema de Segurança Social.

Em todos os estudos é dito que estas tendências assumem um carácter estrutural e não meramente conjuntural.

### A nossa reforma é para ser levada a sério

Para o ministro do Trabalho e da Segurança Social, as novas regras para

**O PARLAMENTO aprovou o novo indexante para os aumentos anuais das pensões e das prestações e apoios sociais, que deixam de estar ligados ao valor do salário mínimo nacional.**

**Como referiu o secretário de Estado da Segurança Social, com esta desindexação, o salário mínimo nacional vai poder ter uma actualização mais adequada, e por vários anos, lembrando que em seis dos últimos dez anos os pensionistas abrangidos tiveram perdas efectivas de poder de compra, cenário que conhecerá uma inversão com a aprovação das novas regras**

**Na opinião do Governo, a partir de agora esses pensionistas nunca mais vão perder poder de compra, perspectivando-se mesmo que em anos de maior crescimento económico do país, eles possam recuperar terreno.**

**A fórmula do novo indexante, que entrará em vigor em Janeiro de 2008, para os aumentos anuais das pensões tem como base a inflação verificada e o crescimento económico.**

**Os aumentos para 2007, garantiu o secretário de Estado da Segurança Social, Pedro Marques, já não vão estar indexados ao salário mínimo nacional, aguardando contudo ainda uma decisão do Governo.**

o sector constituem mesmo “uma verdadeira reforma estrutural do sistema” algo que será uma realidade já em 2007, e “não uma lei de bases para depois deixar tudo na mesma”.

“Somos consequentes com as nossas propostas”, disse, porque elas estão estudadas, foram debatidas e consensualizadas, mas também porque “trabalhámos para resolver as dificuldades de curto prazo” reforçando assim “a confiança dos portugueses na sua Segurança Social”.

Muitos foram entretanto os passos dados com o objectivo principal de consolidar e viabilizar o sector. Estão neste caso, como não deixou a acentuar o ministro, o facto de se ter triplicado a cobrança de dívidas à Segurança Social, ter-se passado de uma cobrança que não ia além dos 3 por cento para uma que atinge hoje 6 por cento, e de se ter passado de um défice previsto no Orçamento de 2005 de 600 milhões de euros, para um superávit de mais de 300 milhões de euros e de ter mantido

esta subida em 2006.

Mas como as dificuldades não podiam continuar a ser escondidas ou simplesmente varridas para debaixo do tapete, o Governo, pela primeira vez em três anos, como disse Vieira da Silva, concretizou as projecções de longo prazo sobre a sustentabilidade da Segurança Social.

Projecções que, como recordou, apontam para que “se nada fosse feito”, o défice seria uma realidade no prazo de apenas uma década, “e então sim, teríamos cortes de pensões ou brutais aumentos de contribuições”.

Para compensar os défices que se verificariam já em 2015, disse o ministro, teríamos que escolher entre cortar, neste momento, em 14 por cento as pensões de todos os pensionistas, ou, em alternativa, “aumentar para 39 por cento a taxa contributiva para a Segurança Social, sendo que em 2030 aquele corte nas pensões já teria de se aproximar dos 30 por cento”.

Para evitar este caminho, referiu, “que representava o efectivo desmantelamento dos fundamentos essenciais da nossa protecção social”, havia que apresentar propostas com sentido de urgência que a situação reclamava.

### Um conjunto de propostas sérias

Tendo em vista a situação de difícil sustentabilidade em que se encontrava a Segurança Social, o Governo apresentou no Parlamento um conjunto de medidas tendente não só a estancar a degradação de todo o sistema, mas igualmente capazes de apontar para um futuro mais sustentado e sobretudo adequado às novas perspectivas do nível da esperança de vida da população e do desenvolvimento do país.

Cinco pontos constituem a base da proposta do Governo para a Segurança Social.

Um primeiro ponto que respeita à sustentabilidade adequando a pensão de cada cidadão à evolução efectiva da esperança de vida, acompanhando de um aumento, e não de uma redução, das opções individuais na assunção dos efeitos da maior longevidade, ao contrário de outras opções que têm vindo a ser defendidas noutros países, como seja o aumento da idade de reforma.

Um outro aspecto refere-se ao indexante dos apoios sociais, aspecto que garante responsabilidade e solidariedade nos aumentos das pensões, protegendo prioritariamente os pensionistas e trabalhadores mais pobres, recuperando, deste modo, como disse o ministro, “um atraso significativo do modelo social português”, ainda muito permeável às decisões irresponsáveis sobre os valores das pensões.

Um outro ponto significativo refere-se à nova fórmula de cálculo das pensões, agora mais justa e que promove carreiras com mais verdade nos descontos ao longo de toda a vida.

Um quarto aspecto que esta reforma apresenta liga-se à promoção do envelhecimento activo, porque nenhuma sociedade se pode dar ao luxo de desperdiçar a mão-de-obra mais experiente, “empurrando trabalhadores com menos de 30 anos de carreira contributiva para mais de 20 anos de inactividade na condição de pensionistas”.

Finalmente, a reforma olha com redobrada atenção para o código contributivo e para o combate à evasão, bem como para a revisão dos regimes especiais de desconto para a Segurança Social.

Em suma, como defendeu Vieira da Silva, esta é uma reforma que dá mais coerência ao sistema, que separa melhor aquilo que é contributivo daquilo que corresponde a prestações de solidariedade nacional, aprofundando também a adequação das fontes de financiamento.

## OPINIÃO

CELSE GUEDES  
DE CARVALHO

*Em Portugal (concelho de Moura) está a ser construída a maior central fotovoltaica do mundo (pelo menos até uma outra na Austrália estar construída)*

## ENERGIAS RENOVÁVEIS: PROVAVELMENTE O MELHOR INVESTIMENTO DO MUNDO

PORTUGAL é um país com uma economia “carbonizada”. Importamos 85 por cento da energia que consumimos. Temos uma baixa eficiência energética e o consumo de energia aumenta ano após ano. Brevemente iremos começar a sentir a repercussão de tudo isto nas nossas facturas de energia.

Estamos habituados a olhar para este cenário como uma ameaça. Como não concordo com esta visão decidi partilhar consigo uma série de dados que provam exactamente o contrário. Dada a limitação natural de texto para uma coluna de opinião e da sua disponibilidade de tempo, decidi abordar neste capítulo apenas a energia solar.

- Em Portugal (concelho de Moura) está a ser construída a maior central fotovoltaica do mundo (pelo menos até uma outra na Austrália estar construída). Os painéis fotovoltaicos para esta central vão ser produzidos em Portugal (por uma empresa espanhola).
- Para 2009 está previsto a entrada em funcionamento de mais uma central solar (Tavira) com uma capacidade muito acima da média.
- Em cinco freguesias de Viana do Castelo a energia solar vai ser utilizada como recurso energético para tratar a água.
- Em Aveiro vão ser aplicados 16 milhões de euros numa unidade de produção de painéis fotovoltaicos e em Ovar 2 milhões para a criação de uma nova linha de fabrico de painéis solares térmicos.
- A Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL) está a ser apoiada pela BP Solar e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) no desenvolvimento de uma nova tecnologia com potencial para reduzir o custo das células solares fotovoltaicas.
- A Google vai instalar painéis solares nos telhados dos quatro principais edifícios do seu complexo (Googleplex), sendo este o maior projecto de uso de energia solar do mundo. Com esta medida, a Google pretende reduzir em 30 por cento o consumo de energia eléctrica.
- O “Sun21”, um catamarã unicamente movido a energia solar, está a tentar atravessar o oceano Atlântico e chegar a Nova Iorque (será a primeira embarcação a fazer aquela travessia apenas com a energia do Sol).
- Num lago do Hyde Park (Londres) existe um barco de passeio (Serpentine Solar Shuttle) que usa exclusivamente energia solar - transporta 42 passageiros e consegue percorrer 132 km com total autonomia energética.
- Um avião ultraleve (Solar Impulse) em cuja construção participa a Agência Espacial Europeia, vai dar a volta ao mundo em 2010 propulsionado apenas por energia solar.
- Cientistas russos do Instituto de Investigações Nucleares de Dubna criaram recentemente uma nova bateria capaz de criar energia a partir do Sol. Esta bateria utiliza a energia solar e a de outras estrelas, independentemente das condições meteorológicas, sendo capaz de funcionar durante as 24 horas do dia.
- Dentro de dois anos as primeiras embarcações norte-americanas alimentadas pelo Sol e pelo vento serão usadas na baía de São Francisco para levar turistas à ilha de Alcatraz. As duas embarcações (as primeiras desse tipo nos Estados Unidos) serão alimentadas por painéis solares e duas velas e poderão transportar até 600 pessoas.
- Os chineses são os que mais desfrutam da energia solar, sobretudo nos meios rurais e subdesenvolvidos, para uma tarefa muito básica para todos nós: produzir água quente. Simplesmente porque não tem outra forma de o fazer pela inexistência de electricidade.
- O novo estádio de futebol de Wankdorf (Berna) vai ter a maior central eléctrica solar do mundo instalada sobre um estádio. Os painéis solares irão permitir o fornecimento de energia para 200 lares.
- Já em 2007 a nossa vizinha Espanha vai construir a primeira chaminé solar. Estas estruturas vão ter uma capacidade de produção de 24 horas por dia sem necessidade de recorrer a outros combustíveis. Tem capacidade para produzir electricidade suficiente para uma população de 120 mil pessoas. Só para ter uma breve dimensão do que estamos a falar, esta solução seria suficiente para produzir a totalidade da energia necessária para as populações das cidades de Aveiro, Faro, Viseu, Vila Real, Funchal, Ponta Delgada, Beja, Bragança, Castelo Branco e a quase totalidade das populações de Braga, Vila Franca de Xira e Coimbra.

Por último, gostava de partilhar convosco o exemplo de Edward Norton (Oscar para o melhor actor no filme “A Raiz do Medo”). Este, antes de comprar à BP um sistema de energia solar para a sua casa em Los Angeles, fez um acordo. Por cada celebridade que instalasse um sistema solar da BP em sua casa, a empresa deveria doar um outro sistema a uma família pobre de Los Angeles. Cem casas pobres já tinham sido em Agosto contempladas com esta “simples” medida. Ora aqui está um exemplo para alguns dos nossos “opinion makers”.

Todas estas notícias e factos demonstram que estamos verdadeiramente perante uma oportunidade para toda a sociedade. Um filão de excelentes investimentos para os empreendedores. Mas se estes dados e a minha opinião não forem suficientes espero que as palavras de Christopher Flavin (WWII) sejam: “As mesmas pessoas que investiam o seu dinheiro no Google, há cinco anos, estão agora a apostar nas energias renováveis”.

# Plano Tecnológico em velocidade de cruzeiro



O GRANDE desafio do Plano Tecnológico, que tem como objectivo aumentar a qualificação tecnológica dos portugueses e a competitividade das empresas, “é manter as medidas em execução”, numa altura em que 89 por cento dos 113 projectos estão em fase de execução, afirmou o coordenador do Plano, Carlos Zorrinho.

O balanço da execução do primeiro ano do Plano Tecnológico “é muito bom, mas o verdadeiro balanço é estrutural”, considerou Carlos Zorrinho, lembrando que a ideia política deste programa “começou muito antes de este ser aprovado”. Agora, acrescentou, “o grande desafio é manter as medidas em execução”.

De acordo com o balanço anual do Plano, apresentado no dia 24, “101 das 113 medidas estão em plena execução e 12 estão em fase de preparação”, estando algumas delas a aguardar o próximo Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) 2007-2013 para avançar.

“O Plano Tecnológico venceu como uma ideia política” e os portugueses estão agora “a discutir o futuro e não o passado”, sublinhou o também coordenador da Estratégia de Lisboa.

Por isso, frisou, o “Plano tem de ser credível”, acrescentando que duas das grandes metas é “fazer chegar as tecnologias a mais gente, fomentando a literacia e o acesso à Internet, e melhorar o sistema de inovação”.

Referindo que “há bons sinais” na área tecnológica, Zorrinho defendeu, no entanto, que é preciso continuar a trabalhar nos projectos para que estes se traduzam em resultados positivos.

“Não podemos esperar por todos, mas também não podemos esquecer ninguém”, sublinhou o coordenador.

Entre os projectos mais emblemáticos do Plano Tecnológico desde a sua criação, Carlos Zorrinho apontou a banda larga em todas as escolas, “uma forte aposta na infra-estruturação”, as Novas Oportunidades, que atribuíram a 284.841 portugueses diplomas de competências básicas em tecnologias de informação (em 2005 e 2006), a desburocratização com a Empresa na Hora, as parcerias com o instituto MIT e as universidades de Austin e Carnegie Mellon e o InovJovem, que possibilita estágios a jovens licenciados na área da ciência nas pequenas e médias empresas (PME).

“Estas medidas resumem uma boa parte da acção do Plano Tecnológico”, disse Zorrinho.

O coordenador destacou ainda o empenhamento de várias entidades, empresas e Governo na implementação das medidas do Plano.

### Conhecimento, tecnologia e inovação

O Plano Tecnológico tem três eixos de acção: conhecimento,

que resulta numa aposta na qualificação dos portugueses na sociedade da informação; Tecnologia, que visa vencer o atraso tecnológico e científico português; e a inovação, que tem como objectivo adaptar as empresas aos desafios da globalização.

Na área do conhecimento, que tem projectos emblemáticos como a introdução do inglês nas escolas do ensino básico (97 por cento já dispõe do ensino desta língua) e o acesso à Internet em banda larga nas escolas (100 por cento), todas as 38 medidas estão em execução e concluídas.

Na inovação, que tem o programa de modernização da economia Prime, 39 das 50 medidas estão executadas ou concluídas, estando 11 a aguardar implementação, a maior parte à espera da aprovação do QREN.

Na tecnologia, que integra parcerias entre instituições de excelência estrangeiras (MIT, Carnegie Mellon University e Universidade do Texas), 24 medidas estão implementadas, faltando apenas uma a ser executada.

“A taxa de execução é, assim, um ano depois da aprovação, de 89 por cento da totalidade das medidas actualmente em acompanhamento, o que representa 130 por cento de medidas inicialmente apresentadas”, refere o documento sobre o balanço do primeiro ano do Plano.



# “É muito triste a presidência de Carmona na Câmara de Lisboa”

**Lisboa “está a andar para trás” em todas as áreas e tem uma “dívida astronómica” que “hipoteca” o futuro, afirma o deputado municipal e presidente da Concelhia de Lisboa do PS, que faz um balanço “muito triste” deste primeiro ano de mandato de Carmona Rodrigues à frente dos destinos da capital. Afinal, conclui, o presidente “não manda em nada”, como demonstra o recente episódio do fim da coligação de direita, na sequência da guerra entre facções do PSD e do envolvimento do líder deste partido nos assuntos internos da autarquia.**

J.C. CASTELO BRANCO



**Que comentário lhe merece o fim da coligação de direita na Câmara de Lisboa?**

Um comentário imediato que se me oferece fazer é que esta coligação acabou porque uma parte do PSD está em guerra aberta com outra parte do PSD e nós vemos aqui uma clara ingerência do líder deste partido, Marques Mendes, na escolha de pessoas para uma empresa municipal, o que motivou uma desavença entre o PSD e o CDS. De forma que estamos perante uma situação quase surrealista que é acabar uma coligação porque o líder do partido que apoia o presidente da Câmara resolveu meter-se nos assuntos internos da autarquia.

**Face ao desfecho desta coligação, qual a posição do PS em relação a propostas que assegurem a governabilidade da Câmara?**

As pessoas votaram no PS e conferiram-lhe um mandato para ser oposição. Naturalmente as pessoas estão habituadas a olhar o PS como um partido responsável e portanto nós vamos continuar a ter a mesma postura que tivemos até aqui. Ou seja, ser uma oposição firme, e seguramente responsável. E isto quer dizer que estaremos de acordo nuns casos, e não estaremos de acordo noutros casos. Nós não temos de viabilizar nada de propósito só para viabilizar, porque nós somos um partido da oposição, não governamos a Câmara neste momento.

**No actual cenário, não será esta a altura certa para o PS tentar ver**

**aprovadas na Câmara algumas suas iniciativas que melhorem a qualidade de vida na cidade?**

Nós estamos muito preocupados com algumas situações muito concretas na cidade e nesse sentido temos feito várias propostas que até aqui não têm sido viabilizadas. Perante o novo quadro vamos ver qual o comportamento que a Câmara vai ter, mas o que nós nunca faremos é negociar propostas em troca de apoio político. Nós somos oposição, temos de apresentar propostas, mas não estamos disponíveis para vender as nossas propostas para sustentar este tipo de política.

**Apresentou com Vasco Franco uma moção que foi aprovada no último Congresso do PS em que se defende a obrigatoriedade de 25 por cento dos fogos de novas urbanizações serem a custos controlados. Não acha premente apresentar esta proposta inovadora na Câmara de Lisboa, uma cidade onde impera a especulação imobiliária e o pato-bravismo?**

Naturalmente que sim. Esta é uma proposta idêntica, por exemplo, a uma proposta que neste momento já está a ser discutida no Parlamento em Espanha. Ao fim e ao cabo é uma correcção à lei dos solos, que obriga os investidores privados a darem uma compensação social, uma vez que também auferem grandes lucros. Nós, naturalmente, para que esta proposta aprovada em Congresso

seja agora posta na prática vamos conversar com os nossos camaradas no Governo para vermos qual o melhor modo de a fazer implementar.

**E acha que vai haver receptividade do Governo a esta proposta?**

Acho que sim. Porque senão a proposta não tinha sido aprovada em Congresso.

**Há uma ideia que tem passado para a opinião pública de que a oposição socialista na Câmara até agora tem passado um bocado despercebida. Isto corresponde à verdade ou é a Comunicação Social que não dá o devido relevo?**

A oposição não é só a Câmara, é a Câmara e a Assembleia Muni-

pal, e aquilo que tem acontecido, nomeadamente na Assembleia Municipal, é que tem havido uma grande relevância das nossas posições e das nossas atitudes. Na Câmara Municipal também tem havido posições do PS que talvez não tenham tido o acompanhamento que mereceriam por parte da Comunicação Social. Se calhar é uma falha que nós teremos de corrigir, de forma a que a nossa acção tenha maior relevância e maior repercussão nos diversos órgãos de informação.

**Que balanço faz do primeiro ano deste mandato de Carmona Rodrigues à frente da Câmara de Lisboa?**

Infelizmente para Lisboa o balanço é muito triste. Não há

liderança na Câmara, não há autoridade política, o presidente, Carmona Rodrigues, não manda em nada, quem manda nele é o PSD e as suas diversas facções internas, quem manda nele é o líder do PSD. E, portanto, isto tudo tem como consequência que há uma grande instabilidade e aquilo que hoje é decidido, amanhã pode ser o seu contrário, porque as facções do PSD estão em guerra aberta.

Tudo isto faz com que Lisboa esteja numa situação de grande dificuldade financeira, mas também de grande dificuldade ao nível da reabilitação urbana, do ordenamento do trânsito, da recuperação das estradas, da higiene urbana. Ou seja, Lisboa está a andar para trás, com uma degradação constante e acentuada das condições de vida dos cidadãos.

**Outra questão que tem sido muito falada é o nível de endividamento da Câmara de Lisboa.**

É uma situação efectivamente muito preocupante, que é fruto da gestão irresponsável de Santana Lopes e Carmona Rodrigues. E é por isso na análise que nós fazemos deste orçamento municipal para 2007 que agora está a ser apresentado, nós iremos votar contra porque a Câmara não vai gastar um cêntimo em amortizar a dívida que é astronómica. Isto é uma situação muito grave que hipoteca o futuro. E há responsáveis: Carmona Rodrigues e o PSD.



“Não há liderança na Câmara, não há autoridade política, o presidente, Carmona Rodrigues, não manda em nada, quem manda nele é o líder do PSD e as diversas facções políticas deste partido”

# “A banca não podia continuar a vender arredondamentos”

A ofensiva contra as más práticas bancárias vai continuar, garante Fernando Serrasqueiro. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o secretário de Estado do Comércio e da Defesa do Consumidor afirma que, à semelhança do que se passou com os arredondamentos dos juros ao crédito, novas medidas se vão seguir, nomeadamente no que respeita ao duplo critério utilizado pela banca em relação à regra do cálculo dos juros dos depósitos e dos créditos.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

**O país está hoje perante um facto indelével. Os bancos procediam de forma ilegal e, ao que se sabe agora, abusiva ao arredondamento das taxas de juro do crédito que concediam, sobretudo do crédito à habitação. O Governo, perante este cenário, resolveu actuar e colocar um ponto final nesta situação. Porquê?**

Há muito que já tínhamos indícios de que esta situação estava a ocorrer. Logo que todas as condições legais foram reunidas não deixámos de actuar.

Diversas associações de defesa do consumidor assim como parte significativa da comunicação social vinham há algum tempo a denunciar esta situação, faltando, contudo, ao Governo e a esta Secretaria de Estado, os pareceres técnicos necessários para poder intervir.

Reunidas estas condições não deixámos de interceder rapidamente em todo este processo de forma a corrigir uma situação que em nossa opinião nunca deveria ter acontecido.

Não estamos, obviamente, numa guerra contra a banca. Este aspecto que fique bem claro. Trata-se de uma instituição que, aliás, consideramos fundamental para o progresso e desenvolvimento do país. Estas medidas constituem antes uma tomada de posição clara a favor dos consumidores e da própria economia do país.

**Há cerca de quatro anos os espanhóis depararam-se precisa-**

**mente com um caso em tudo semelhante a este. Este precedente não despertou a curiosidade do Governo português?**

Claro que sim. Aliás, fomos buscar muitas ideias ao caso espanhol e à forma como o Governo do país vizinho resolveu a questão.

Contudo, nós já estávamos a preparar, há algum tempo, um conjunto de iniciativas, tendo em vista melhorar as chamadas ‘utilities’ que, como se sabe, são sectores ou serviços que têm uma particular incidência na vida da população. A banca está igualmente e naturalmente integrada nesta iniciativa.

Tal como em Portugal, também em Espanha este assunto dos arredondamentos mereceu particular destaque na comunicação social e gerou mesmo grande discussão. Lá, como cá, foi detectado que a banca fazia arredondamentos dos juros em alta, algo que nenhum governo, por mais distraído que seja, pode deixar passar em claro.

A novidade em relação a Portugal é que nos deparamos, porventura, com muita gente que não esperaria que tão prontamente tomássemos um conjunto de medidas como aquelas que estamos a avançar.

E a razão para que tal suceda é simples: o país não teve nos últimos governos de direita uma verdadeira política de defesa do consumidor.

**Mas é sustentável dizer-se que a política de defesa do consumidor começa com o actual Governo?**

Sem dúvida. E por uma razão

muito simples: nos últimos governos de direita não houve nenhuma medida que fosse no sentido de uma verdadeira e efectiva defesa do consumidor.

Havia aqui um vazio que importava corrigir. Desde logo porque tudo o que dissesse respeito à defesa dos interesses do consumidor estava espalhado pelos mais diversos ministérios, alguns dos quais têm muito mais a ver com as áreas de soberania do que propriamente com aspectos ligados ao quotidiano das populações. O cenário com que nos deparamos quando assumimos responsabilidades governativas era de uma diluição absurda pelos mais variados organismos de tudo o que dizia respeito à defesa do consumidor. O nosso primeiro trabalho, neste capítulo, foi precisamente criar as condições no sentido de autonomizar este sector dando-lhe assim a dignidade que merece. E o resultado, entre outros que poderíamos assinalar, é a forma como pudemos abordar esta questão dos arredondamentos das taxas de juro, e o impacto que conseguimos dar ao tema junto da opinião pública e do país.

**Mas o Governo sabia que poderia estar a abrir uma guerra com a banca. Não receou um contra-ataque. Não nos esqueçamos da força e do peso que esta instituição representa em Portugal?**

O Governo, antes de mais, está preocupado é com a qualidade de vida da população em geral, com o seu bem-estar e o desenvolvimento

sustentado do país. Fomos eleitos para melhorar as condições de vida dos portugueses e não para satisfazer este ou aquele grupo em particular.

Como se sabe, há hoje em Portugal um número significativo de famílias dependentes do crédito bancário, sobretudo no capítulo do crédito à habitação.

Não podíamos ficar de braços cruzados ao termos conhecimento que a banca recorria sistematicamente, algo que já se repetia desde há muito, a arredondamentos em alta para o oitavo e mesmo para o quarto de ponto das taxas de juros. Este procedimento trouxe-lhes, como hoje é do nosso conhecimento, enormes lucros que foram alcançados de forma, se não completamente ilegítima, pelo menos de maneira abusiva.

Perante este quadro, o Governo decidiu legislar obrigando os bancos a procederem aos arredondamentos à milésima, o que nos parece mais justo e sobretudo mais de acordo com uma boa prática bancária.

Este assunto assume uma importância enorme se pensarmos que o recurso ao crédito para aquisição de habitação é uma prática que abrange a esmagadora maioria das famílias portuguesas.

**E na sua opinião o consumidor está agora mais protegido?**

Está. Disso ninguém tenha dúvidas. O Governo está atento e não deixará que novas situações como esta se repitam.

Mas talvez fosse interessante ex-

plicar como é que tudo se passava, para que todos tenham uma ideia mais clara da forma como eram feitas as contas quando alguém recorria à banca a solicitar um crédito à habitação.

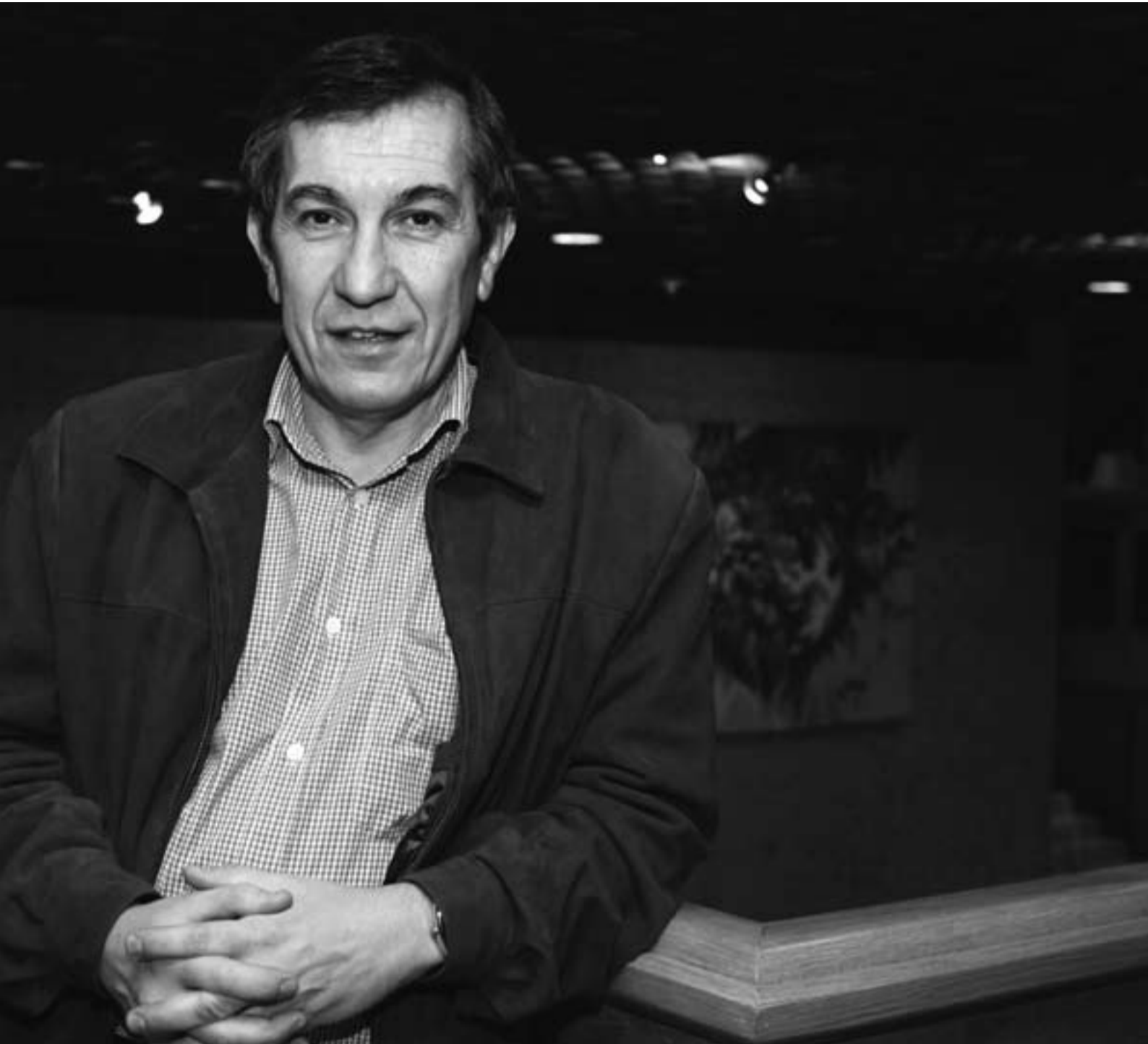
Quando se recorre a este produto bancário, as pessoas defrontam-se com um regime que assenta na taxa euribor, que é uma taxa média aplicada por muitos bancos à qual se acrescenta o spread que constitui a margem de lucro do banco.

Como regra, e esta situação foi por nós detectada, os clientes não sabiam que ao estarem a pagar estes dois valores pelo seu crédito à habitação, teriam ainda que se defrontar com uma outra que resultava dos arredondamentos que os bancos faziam das taxas de juros.

E faziam-no sempre em alta, ou seja, nunca perdiam. Mas mais grave ainda, faziam-no por escalões nomeadamente subindo sempre 0,25 e não, como seria de esperar, efectuando arredondamentos à décima ou centésima casa decimal seguinte.

Com estas contas a banca estava a cobrar ao cliente um outro spread, desta vez encapotado e não contratualizado, mas nem por isso deixou de arrecadar um lucro calculado entre 120 a 125 milhões de euros por ano.





O Governo do Partido Socialista, é bom salientar este aspecto, como aliás tem dado sobejas provas ao longo deste ano e meio, não está contra o facto das empresas terem lucros, bem pelo contrário, tudo temos feito para desenvolver as condições necessárias na economia de modo a que as empresas se fortaleçam, criem mais riqueza e mais empregos, e deste modo possam encarar o seu crescimento e posterior internacionalização como um facto de maior competitividade e modernização.

Estamos, isso sim, é contra, como qualquer Governo democrático e sério o estaria, o facto de alguns pretenderem aumentar os seus lucros à custa de manobras menos claras, por vezes ilícitas e sobretudo socialmente injustas.

O que estava a acontecer é que os bancos, para além das suas funções normais, nomeadamente o de emprestar dinheiro, quer para consumo, quer oferecendo crédito à habitação, estavam também a vender arredondamentos, o que se nos afigura um excesso e um abuso.

Nós sabemos hoje que estes arredondamentos estavam contemplados nas chamadas cláusulas contratuais gerais, mecanismos estes que não estavam sujeitos a qualquer discussão ou negociação



entre a banca e o cliente, o que também se nos oferece como algo discutível, porque uma negociação pressupõe sempre uma troca de pontos de vista.

Neste particular, nada disto acontecia. O cliente sujeitava-se àquelas regras sem ter qualquer alternativa.

Tratava-se, pois, de um contrato unilateral, onde prevalecia a vontade da banca que impõe as suas condições e não oferece espaço para qualquer sugestão ou alteração por parte do cliente. Estamos, neste par-

“A pergunta que fazemos é onde é que estava o dinheiro que era depositado e só cinco dias depois é que ficava à disposição do cliente?”

As boas práticas bancárias vão ao encontro não só dos interesses dos clientes mas também da economia do país e da própria banca

“Não fizemos nada, em relação aos arredondamentos das taxas de juros, que o Governo espanhol, por exemplo, não tenha já feito há cinco anos atrás”

particular, também muito atentos.

Como atentos estamos em relação a toda a problemática que respeita aos cálculos para o pagamento dos juros dos depósitos das poupanças que normalmente são feitos na base dos 365 dias, enquanto para calcular os juros dos empréstimos que a banca concede aos seus clientes, a base passa a ser de 360 dias.

Esta é uma situação que não faz qualquer sentido. Ninguém de bom senso pode defender que estamos perante uma boa prática bancária.

E como neste caso não estamos de facto perante uma boa prática bancária, o Governo vai intervir, também aqui, e acabar com esta discrepância.

É preciso encontrar a mesma base de cálculo para os juros dos depósitos e para os empréstimos.

É que não faz sentido que o ano tenha 360 dias para umas situações e 365 para outras. Onde é que está a lógica de uma coisa destas?

**O Governo interveio também na chamada data/valor. Em que é**

**que esta medida é importante?**

Eu diria que se trata de uma iniciativa do Governo que mais não veio fazer do que repor o bom senso e a justiça.

Quanto de nós não temos a experiência de irmos ao banco onde temos a nossa conta bancária para depositar um cheque e só vemos esse dinheiro disponível, três, quatro ou cinco dias depois? Ou quando depositamos em numerário e mesmo assim só fica disponível no dia seguinte.

Tínhamos que inverter esta situação. Neste sentido, o Governo propôs-se criar uma escala onde fica estabelecido que quando se trate de um depósito em numerário, em cheques visados ou em cheques pertencentes ao mesmo banco, o dinheiro tem de ficar à disposição do cliente no mesmo dia. Quanto se trate de depósitos em cheques de outros bancos, a regra a seguir deverá ser a de disponibilizar o dinheiro no prazo máximo de dois dias úteis, e não quatro e cinco como até aqui.

Tratou-se, portanto, de uma medida que mais não pretende do que moralizar uma situação que estava desregulada e que obrigava o cliente a ter de esperar uma série de dias até que o dinheiro fosse creditado na sua conta, sem que o banco entretanto lhe fornecesse prazos certos e razoáveis.

Entretanto, entre o dia do depósito e a creditação na conta, o dinheiro era utilizado pela banca da forma que bem entendia, ficando o cliente impedido de utilizar um bem que lhe pertencia.

São estas pequenas alterações, quase cirúrgicas, mas que para o cidadão comum representam mais qualidade de vida, que vamos continuar a tomar. Em relação à banca, onde algumas situações mais serão objecto de pequenas correcções. Mas as nossas preocupações dirigem-se igualmente para áreas tão sensíveis e importantes para a vida das pessoas como a política da água, electricidade e tantas, tantas outras.

Este Governo mais não pretende do que seguir os trilhos entretanto já adoptados por outros governos europeus no capítulo da defesa do consumidor, mas queremos fazê-lo de uma forma cada vez mais clara, justa e cristalina. E que ninguém nos acuse de não estarmos a ser equilibrados. Este Governo tem sabido legislar e aprovar um conjunto de políticas cujos resultados expressam precisamente o equilíbrio das medidas que ratificamos. Por outro lado, também não aceitamos a crítica de que com as medidas que o Governo agora adoptou, por exemplo em relação aos arredondamentos das taxas de juro, mais não pretendemos do que abrir uma guerra com a banca. Nada podia ser mais falso. Esta é sem dúvida uma outra crítica injusta que repudiamos precisamente porque a consideramos desajustada e não verdadeira. Dos bancos esperamos, aliás, um fortíssimo contributo para a modernização do país e para o seu desenvolvimento.

## OPINIÃO

ISABEL ALMEIDA  
Militante

*São os militantes de base que no terreno se entregam de coração aberto à militância, tentando transmitir as suas preocupações e respondendo sempre que são chamados*

## A MILITÂNCIA É FUNDAMENTAL

PARTICIPEI pela primeira vez como delegada num Congresso do Partido Socialista, o que me deixou muito orgulhosa por pertencer a este grande partido e participar por dentro no seu maior evento, que decorreu em Santarém.

Gostaria de destacar na moção do camarada José Sócrates um ponto que me chamou particularmente a atenção e que se prende com as propostas concretas relativamente a novas formas de comunicação entre os socialistas e onde também se apela à necessidade de renovação das estruturas e formação das bases do partido.

É para todos obvio que é necessário e premente tornar mais eficientes as estruturas organizativas do partido, assim como é necessário refundar a militância através de novas formas de participação e comunicação entre as estruturas nacionais e federativas aproveitando ao máximo as potencialidades das novas tecnologias.

Sendo cada militante fundamental para o partido, é necessário um esforço contínuo em todas as estruturas para os envolver. Os militantes têm que sentir que fazem parte do processo de decisão dentro do partido, e que são chamados, não só para as campanhas eleitorais mas também para as grandes opções que têm que ser tomadas a cada momento.

É imperioso que ao nível das secções e federações se fomente uma atitude pró-activa, que estimule o debate interno, de forma a incentivar os novos militantes, pois só assim é possível a tal renovação de mentalidades, de metodologias de acção, e abertura, que nos enriquece a todos. Dai surgirão inestimáveis contributos e propostas para a prossecução de boas práticas, tantas vezes subestimadas em nome de uma qualquer inactividade resultante de formas de estar enraizadas que em nada contribuem para o bom nome e funcionamento de um partido que, na sua essência, é democrático, inovador e aberto à participação de todos no debate e na acção.

A vida partidária tem a sua génese nas bases. As bases do PS são a força fundamental do nosso partido. Tanto assim que o secretário-geral no seu caminho para a reeleição sentiu necessidade de fazer um périplo pelo país socialista. A força da militância de base não pode nunca ser ignorada num partido como o nosso, porque só assim podemos responder em cada momento às lutas que no terreno temos que travar. Lutas essas, porventura mais difíceis quando estamos no Governo, como sucede actualmente.

São os militantes de base que no terreno se entregam de coração aberto à militância, tentando transmitir as suas preocupações e respondendo sempre que são chamados – mas, são também estes militantes, que, não raras vezes, se queixam e desanimam por não serem envolvidos no debate nas estruturas de base onde a vida partidária, pura e simplesmente, não acontece.

Vamos então fazer jus à tão falada renovação pró-activa, à participação de todos, e ao debate, estimulando assim todos aqueles que pretendem prosseguir os objectivos do PS, nunca esquecendo, nem desistindo dos princípios que nos são tão caros, como a fraternidade, a solidariedade, a liberdade e a tolerância para fazer crescer o Partido Socialista!

Por isso, mesmo após o Congresso, é preciso que todas as estruturas do partido se envolvam e se empenhem na execução das propostas relativas à vida interna incluídas na moção “O Rumo do PS – Modernizar Portugal”.



## Constituída Associação dos Autarcas Socialistas dos Açores



VISANDO “reforçar a aposta” no poder local e proporcionar aos eleitos “um outro apoio e coordenação política”, foi constituída a Associação dos Autarcas Socialistas dos Açores.

Em declarações aos jornalistas no âmbito da reunião do Secretariado Regional do PS, Francisco Coelho, porta-voz dos socialistas açorianos, disse que os estatutos daquela associação foram aprovados no encontro.

Francisco Coelho adiantou que a associação irá realizar um conjunto de actividades dos autarcas socialistas, reforçando, ainda, a aposta no poder local.

Segundo o porta-voz dos socialistas açorianos, essas actividades

poderão passar pela realização de acções de formação dirigidas aos autarcas, no sentido da sua “actualização permanente”, apoio logístico, administrativo, legislativo e jurídico.

Embora ainda a algum tempo das próximas eleições autárquicas, o porta-voz do PS/Açores defendeu ser importante realizar essa “uma coordenação política e de eventos” com a concretização dessa Associação.

“O poder autárquico também é diferente consoante os partidos e obedece a estratégias, devendo ter uma visão comum dos passos do ordenamento do território e da democracia local, que não passa apenas pelas questões concretas,

mas que deve variar consoante uma determinada ideia”, disse.

Francisco Coelho referiu, ainda, que o Secretariado Regional do PS analisou as propostas do Plano e Orçamento do Governo Regional, que disse traduzirem “um cumprimento” do programa do Executivo.

“Corporizam, também, duas vitórias que terão reflexos no médio prazo do Governo Regional socialista ao nível financeiro que se prendem com a Lei das Finanças das Regiões Autónomas e com as perspectivas já conhecidas do IV Quadro Comunitário de Apoio, que trarão um aumento de verbas para a região superior a 25 por cento, relativamente ao actual”, acrescentou.

## Vereadores do PS acusam autarquia de ocultar informação

### PONTA DELGADA

O EXECUTIVO do PSD na Câmara de Ponta Delgada recusa-se a fornecer informações à oposição, acusam os vereadores do PS, referindo que requerimentos enviados desde Janeiro continuam à espera de resposta.

“Há interesse em ocultar essa informação aos vereadores do PS”, afirmou José San-Bento em conferência de Imprensa, afirmando tratar-se de uma violação da lei, que determina um prazo de dez dias para a resposta a requerimentos da oposição.

Segundo o vereador socialista, um dos requerimentos foi enviado, pasme-se, a 16 de Janeiro, a solicitar informações sobre os estudos de construção da futura central de camionagem da cidade de Ponta Delgada, mas “não houve resposta” do Executivo camarário.

Perante a ausência de resposta, o “PS deduz que não existem estudos” sobre o projecto, adiantou San-Bento, que garantiu que outros requerimentos relativos às contas e funcionamento de empresas municipais estão na mesma situação.



### Câmara varre problemas para debaixo do tapete

No encontro com os jornalistas, o vereador socialista acusou ainda a Câmara Municipal de apresentar um Orçamento para 2007 que se resume a “pagar dívidas e a varrer os problemas para debaixo do tapete”.

“Os vereadores do PS consideram que o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2007 consubstanciam opções erradas, fuga às responsabilidades, adiamento de soluções e oportunidades perdidas”, disse José San-Bento.

E apontou como exemplos o

“processo de declínio” do centro histórico de Ponta Delgada, uma política social que “continuará a não responder às necessidades” do concelho e a ausência de uma estratégia de desenvolvimento rural e de coesão municipal.

O vereador socialista adiantou ainda que as 12 medidas propostas pelo PS foram “rejeitadas pelo Executivo camarário” laranja, entre as quais uma operação de reabilitação urbana do centro histórico e a criação de um Fundo de Coesão Concelhia para descentralizar investimentos.

Além disso, os autarcas do PS propuseram a criação de uma zona demarcada de comércio tradicional, como medidas facilitadoras do estacionamento e campanhas de promoção em parceria com Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

Um Plano Municipal de Prevenção das Toxicodependências, um programa de apoio ao associativismo concelhio e a redução para cinco por cento da taxa de derrama aplicada sobre a colecta de IRC às empresas do concelho foram outras das propostas apresentadas pelos socialistas.

# Programa Escolhas apoia integração de 40 mil crianças e jovens

A TERCEIRA fase do projecto de inclusão social Programa Escolhas é “mais ambiciosa” do que as anteriores, uma vez que contempla 40 mil beneficiários, implica um investimento de 21 milhões de euros, atende mais projectos e vai chegar a mais bairros. A afirmação é do ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, que falava, no Centro Cultural de Moscavide, após a cerimónia de assinatura dos 120 projectos do programa.

Numa sessão em que participaram a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, o secretário de Estado da Segurança Social, Pedro Marques e o alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas e director do projecto, Rui Marques, Pedro Silva Pereira frisou que o Programa Escolhas visa apoiar crianças e jovens de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, incluindo descendentes de imigrantes, que precisam de ajuda.

“Este programa vai servir melhor a inclusão social de jovens e isso significa combater o abandono escolar, estimular a formação profissional e promover a empregabilidade”, sublinhou o governante, acrescentando que as duas fases anteriores do projecto, iniciado em 2001, foram sujeitas a uma avaliação que no presente permite concluir que “o Escolhas

tem feito a diferença”.

O ministro lembrou ainda a “responsabilidade das empresas” nesta matéria, defendendo que os privados podem “favorecer a empregabilidade e o acesso dos jovens ao emprego”.

No Programa Escolhas 3ª Geração há três empresas que são parceiras: a Microsoft, a Cisco e a Porto Editora. Enquanto as duas primeiras promovem a inclusão digital, a terceira vai proporcionar, aos beneficiários do projecto, o acesso gratuito à “Escola Virtual”, um site na Internet onde se podem ter aulas de Português, História e Geografia, entre outras disciplinas.

O alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas e director do programa, Rui Marques, reforçou a importância deste por ser “uma iniciativa ao serviço da inclusão social do qual o país precisa”.

“É importante que o Governo tenha decidido prolongar por mais três anos este projecto”, afirmou.

Para Rui Marques, a assinatura dos 120 protocolos é “um passo que reforça a importância do Escolhas enquanto ferramenta para a inclusão” de crianças e jovens em contextos mais vulneráveis, concluindo que “Portugal precisa desta intervenção”.

O Programa Escolhas 3ª Ge-

ração, que decorre até 2009, vai arrancar a 1 de Dezembro próximo com 38 projectos na zona Norte do país, 45 na zona Centro e 37 na zona Sul e ilhas.

A nova fase do “Escolhas” terá quatro áreas prioritárias de intervenção: inclusão escolar e educação não formal; formação profissional e empregabilidade; participação cívica e comunitária e inclusão digital.

Coordenado pelo Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) e financiado pelos ministérios do Trabalho e Segurança Social, da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o programa funciona na dependência do ministro da Presidência e tem como promotores escolas, centros de formação, associações de jovens, de imigrantes, desportivas e culturais e os centros educativos de reinserção social.

De acordo com o ACIME, a segunda edição desta intervenção, que terminou em Outubro, abrangeu 86 projectos, envolveu cerca de 23 mil crianças e jovens de todo o país, entre os seis e os 18 anos, e contou com 400 técnicos que trabalham nas áreas de promoção da inclusão escolar e formação profissional, ocupação dos tempos livres, plena integração na sociedade e inclusão digital.

## OPINIÃO



PAULA NOBRE DE DEUS

*A batalha deste Governo pelo sucesso de Portugal será ganha com o êxito das reformas, nomeadamente com a posta na qualificação dos portugueses, a par do compasso rítmico e afectivo das mentalidades*

## FALAR CLARO

FALEMOS claro, a razão assiste-nos.

A política ajustada para Portugal nos dias de hoje escreve-se com R – Rumo, Reformas e Ritmo.

O Governo de José Sócrates está a imprimir uma dinâmica de mudanças inequívocas e inadiáveis. De facto, é expectativa dos portugueses que o país dê a volta, que passe definitivamente da época da máquina a vapor para a era do TGV. Portugal está desafiado a modernizar-se. Mas já não é tão evidente que a nossa história e a cultura onde estamos mergulhados facilitem essa necessidade imperiosa de mudança.

O cidadão português é tradicionalmente cordial e benevolente, dá o benefício da dúvida ao outro, sem ser conflituoso e muito menos bélico. Mas está igualmente marcado por um passado que o determinou a uma certa passividade e isolamento e o coloca numa atitude expectante face ao rumo das coisas. A auto-estima elevada também não é uma herança do passado. Estas características, aparentemente, são uma vulnerabilidade mas simultaneamente podem ser a sua força.

O Governo está a governar no rumo de um Portugal mais moderno, mais competente e agilizado na sua performance. É necessário ganharmos os portugueses, pelo afecto e pela esperança, para a mudança e para a inevitabilidade das medidas. Todos nós temos de assumir um discurso de envolvimento que faça os portugueses sentir a importância das dinâmicas da governação e da razão das coisas. Desta forma, as reformas ficarão mais profundas e duradouras porque serão mais interiorizadas e apropriadas por todos.

Cada português deve sentir que tem a sua missão a cumprir: participar e fazer melhor aquilo que já faz bem. O imperativo da afirmação de Portugal no mundo global, impele-nos a crescer em cidadania participativa, a sermos exigentes com a qualidade da governação mas também e antes de mais, com a nossa própria prestação. Todos temos responsabilidades na construção de um Portugal melhor, mais dinâmico. Mas para isso, temos de gostar de quem somos, de respeitar os nossos concidadãos no quadro de uma sociedade compassiva e de direito e, sobretudo, de estimar Portugal.

Vamos ser audazes e sonhar todos os dias que somos capazes porque acreditamos em nós próprios. Diz o ditado que “a sorte protege os audazes” e o nosso país precisa de ousadia, determinação e responsabilidade política. Assim, Portugal será um país povoado por cidadãos empreendedores, que se determinaram a ser hoje os navegadores rumo ao seu futuro. E, deste modo, teremos um Governo com um povo que é gente que educa os seus filhos para uma cultura de cidadania activa, cooperante, um povo que não é espectador mas actor da letra do seu fado.

A batalha deste Governo pelo sucesso de Portugal será ganha com o êxito das reformas, nomeadamente com a posta na qualificação dos portugueses, a par do compasso rítmico e afectivo das mentalidades. O Governo tem um rumo e um ritmo; cada português deverá sentir a sua missão de se envolver e determinar o seu futuro para um maior desenvolvimento de Portugal e do bem-estar comum.



# Isabel Pires de Lima avança com descentralização cultural

A PARTIR de 2007, serão criadas linhas de apoio a pequenos projectos e indústrias culturais. O anúncio foi feito pela ministra Isabel Pires de Lima, em Castro Verde, na primeira paragem do último de três dias de visita ao distrito de Beja, integrada na iniciativa “Cultura Presente”, no quadro da qual se propõe percorrer todas as regiões do país.

Defendendo “novas políticas culturais descentralizadas”, a governante disse que, no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), para o período 2007-2013, “estão a ser desenhados instrumentos que vão permitir ao Executivo, já a partir do próximo ano, apoiar pequenos projectos culturais”.

Trata-se, segundo explicou, de linhas de apoio ao desenvolvimento de pequenos projectos e indústrias culturais, que cabem perfeitamente na filosofia do QREN, uma vez que este privilegia investimentos nas áreas da qualificação e criação de competências.

Entre os projectos passíveis de serem apoiados, a titular da pasta da Cultura apontou a “criação de rotas culturais nas regiões depri-



bel Pires de Lima fez um balanço positivo da visita, manifestando surpresa e agrado com alguns projectos, que considerou “êxitos no âmbito da salvaguarda e valorização do património”.

Neste capítulo, a titular da pasta da Cultura afirmou-se “orgulhosa” por ter presidido, em Beja, à inauguração do Museu Episcopal e à reabertura da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, considerada um dos mais belos templos barrocos do Sul do país e que estava fechada há 20 anos.

Por outro lado, a ministra disse estar “preocupada” com as condições físicas do Museu Regional de Beja, que – alertou – “estão longe de ser as ideais para a conservação do acervo e para o desenvolvimento do próprio projecto museológico”.

Neste primeiro conjunto de deslocações no âmbito da iniciativa “Cultura Presente”, Pires de Lima esteve em metade dos 14 concelhos do distrito de Beja, onde inaugurou um museu, e visitou bibliotecas, cine-teatros, pontes romanas, igrejas, museus e exposições, além de ter assistido a um espectáculo de teatro e ouvido grupos corais alentejanos.

midas do interior, para cruzar os patrimónios ambientais e culturais com as tradições específicas”.

Em Castro Verde, onde visitou a Basílica Real, o Museu da Luzerna e a Oficina de Violas Campaniças, Isabel Pires de Lima aceitou o “repto” do autarca local, Fernando Caeiros, para candidatar aquela Igreja a Monumento Nacional.

Depois de Castro Verde, a ministra seguiu para Ourique, onde visitou as obras do Cine-Teatro e Biblioteca Municipal e o Centro Arqueológico do Castro da Cola, terminando o “périplo cultural” de três dias pelo distrito de Beja num almoço com autarcas.

Em declarações à Imprensa, Isa-

## OPINIÃO

JOSÉ REIS SANTOS

*O partido necessita de consolidar um processo de modernização que trate em simultâneo do seu património físico (como está a fazer na sede nacional), humano e político (na formação de quadros)*

## O PARTIDO SOCIALISTA NO SÉCULO XXI

JULGO oportuno deixar uma proposta de reflexão que pretende contribuir para que o Partido Socialista se possa assumir, novamente, dinâmico, moderno e inspirador.

O Partido Socialista tem pautado a sua orientação governativa por um espírito e uma prática reformista forte e incisiva. Procura, aliado a teoria bem conceptualizada, retirar o país das incertezas e desconfianças do seu século XX e remetê-lo, em definitivo, para um século XXI que se quer competitivo e moderno. Vivemos tempos de redefinição exigentes de acções políticas decididas.

Devemos poder esperar que a modernização prometida ao país chegue também ao seio do Partido Socialista. Devemos poder esperar que o PS, como em tantas outras ocasiões, lidere, arripie caminho e mostre o exemplo.

Julgamos, hoje, estarmos perante uma excelente oportunidade para se poder produzir uma meditação séria e construtiva sobre a organização do Partido Socialista. Por estar o partido no Governo e por poder transportar a vontade e a prática reformista para o seu foro interno. Por os próximos órgãos nacionais a eleger não terem um período de disputas eleitorais externas. Por estarmos condicionados pela entrada em vigor de uma nova lei do financiamento partidário, que irá requerer adaptações à forma de organização do PS. Por assumirmos ser o rumo do PS modernizar Portugal.

É o tempo de explorarmos para onde queremos e podemos ir. É o tempo de promovermos a reflexão, o debate responsável e a sugestão construtiva. Temos o tema e as pessoas. E temos a oportunidade de podermos liderar esta importante discussão.

Esta proposta de reflexão parte de duas questões de base: que partido temos e que partido queremos? Para nós o partido necessita de algumas mudanças organizacionais. A sua estrutura física (pelo menos em Lisboa, onde conheço) é dispersa, velha e desadequada às necessidades de um partido comunicativo e dinâmico. O edificado em muitos casos está a cair, há muitas secções sem condições dignas de reunião, e muitas que nem espaço próprio têm. O militante, já difícil de motivar, afasta-se. O novo filiado, por razões diversas, não se apresenta.

O sistema financeiro existente não consegue suportar essa estrutura disseminada e estanque. A orgânica entretanto criada com a nova lei do financiamento partidário – concentração dos recursos financeiros nas federações – implica uma nova agilidade e adaptação dessa logística pesada, descapitalizada e sem capacidade de atracção de capital/receitas próprias.

Nas bases reina a desinformação, a expectativa e a incerteza. Sabem não poder continuar neste presente/passado, mas desconhecem que rumos futuros lhe são reservados. Estas preocupações necessitam de resolução.

Propomos, então, um ciclo de debates com o propósito de reflectir sobre o que quer ser o PS. Estes debates devem ser patrocinados ou pela futura Comissão Nacional ou pela nova Fundação, a criar, e proporcionar que sejam debatidos os problemas da nossa organização partidária, privilegiando uma abordagem multidimensional e comparativa. Propomos uma iniciativa a duas fases, informativa e construtiva, participada pelas diversas estruturas de forma complementar e articulada, objectivada na construção de um PS novamente definidor do conceito de partido moderno.

O partido necessita de consolidar um processo de modernização que trate em simultâneo do seu património físico (como está a fazer na sede nacional), humano e político (na formação de quadros). O PS sempre deu o exemplo, exportando para a sociedade portuguesa o espírito reformista e progressista dos militantes, simpatizantes e dirigentes socialistas. Devemos continuar. Devemos transportar a modernidade que impomos ao país para o partido. Devemos continuar a definir e a inspirar.

## OPINIÃO



**CÂNDIDO MOREIRA**  
Presidente da Assembleia de Freguesia de Pedronelo/Amarante

*Embora contestada, até violentamente, por alguns, o documento é inovador, norteado por princípios adoptados pelo resto dos países nossos parceiros*

## NOVA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS REFORÇA A COESÃO TERRITORIAL

É DURO para os autarcas, particularmente para os autarcas de freguesia, ver desmoronar-se um princípio da Lei das Finanças Locais que previa um crescimento mínimo anual igual ou superior à inflação.

Mas é ainda mais duro para os socialistas, pois foi com um Governo do seu partido que as freguesias e os seus autarcas viram o seu estatuto dignificado. E mais difícil se torna compreender, se tivermos como referência governos dos finais da década de 90 com crescimentos anuais do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) acima dos 30 por cento. Este foi um período e um modelo de Lei de Finanças Locais em que as regalias eram regularmente acrescentadas e aos eleitos se pedia o controlo das despesas, já que as receitas eram crescentemente garantidas.

Este modelo revelou-se esgotado por ser insustentável para as contas públicas. Vivemos, agora, um momento de reforma da Administração Pública. A mudança é inevitável.

Um incómodo, uma consequência. As mudanças e os ajustamentos não chegaram gradualmente sequer com aviso prévio. Não espanta, por isso, que muitos autarcas, ciosos da sua autonomia, tenham sido apanhados em contramão, com índices de endividamento elevados. Outros souberam, afinal, que o equilíbrio das contas das autarquias, para além do imperativo ético e moral era a melhor maneira de se prepararem para ajustes mais ou menos dolorosos que, mais tarde ou mais cedo, haviam de chegar. Para esses a nova lei não é um drama mas antes uma nova oportunidade.

Os que assim não procederam não o fizeram exclusivamente por imprudência ou irracionalidade. Responderam antes a estímulos de ocasião e a pressões dos seus fregueses e municípios para tudo conseguir num mais curto espaço de tempo, no pressuposto de que a facilidade era um princípio

de justiça social. A mínima referência ao rigor, à contenção e à qualidade desembocava em suspeita de “elitismo” ou até de falta de coragem. Viveu-se, assim, nos últimos anos, nas autarquias, um clima onde o essencial era crescer não importava a forma de financiamento ou, até, a racionalidade do investimento e sua sustentabilidade.

A nova proposta de lei está aí. A pergunta de partida é se estamos perante uma Lei inovadora que dê resposta aos novos desafios do poder local num mercado aberto e de livre concorrência.

Embora contestada, até violentamente, por alguns, o documento é inovador, norteado por princípios adoptados pelo resto dos países nossos parceiros; reforça a autonomia das autarquias na arrecadação das receitas; obriga a gestão financeira sujeita a princípios saudáveis de contabilidade pública; reforça a coesão territorial.

No particular das freguesias, vem dar resposta a algumas aspirações aprovadas em congresso tais como: a diferenciação das freguesias, denominando-as de Predominantemente Urbanas, Mediamente Urbanas e Prioritariamente Rurais. Cria uma norma para a transferência de competências próprias. Aumenta os meios financeiros pela via do IMI Rústico. Altera os critérios de cálculo para a distribuição, privilegiando os habitantes em detrimento do território.

Estamos, assim, perante um projecto de lei que tem virtualidades. É inovador. Aceite por muitos, vai ser adoptado por todos. Como nos diz Hooper e Potter “na realidade, chegamos à conclusão de que os seres humanos podem aprender a prosperar com a mudança. As pessoas podem aprender a mudar – a questão é que não gostam de ser mudadas”.

O clima é de mudança. Nós, autarcas, contribuiremos para a mudança que a sociedade requer.

## OPINIÃO

**JOSÉ CARLOS ALBINO**  
Militante 59.379

*Ao nível governamental, é necessário que o país seja mais ouvido e qualificado na cena internacional, o que implica pôr como prioridade governativa a participação e intervenção de Portugal nas várias instâncias internacionais*

## DO LOCAL AO GLOBAL

### 1. AS INTERLIGAÇÕES entre desenvolvimento local e as políticas globais – mundiais

Eu, que vivo numa vila de 1111 cidadãos – Messejana, concelho de Aljustrel, Baixo Alentejo -, cada vez mais sinto e incorporo que o desenvolvimento desta freguesia está intimamente ligado com os processos que se passam em todo o mundo, particularmente na única superpotência – EUA – e é condicionado pelas causas e efeitos da globalização.

E isto, porque nas nossas pequenas-grandes obras, acções e intervenções, são influenciadas do ponto de vista financeiro, social, cultural e da auto-estima e grau de confiança da nossa comunidade local. Vejamos, então, como enfrentar e intervir perante esta realidade.

### 2. DAS POLÍTICAS ascendentes e descendentes

Ao nível dos locais, das regiões, do país e da União Europeia é indispensável a complementaridade e a potenciação dos dois tipos de políticas, praticando o princípio da subsidiariedade e da conjugação dos diferentes papéis que os vários protagonistas assumem. Quer isto dizer que os cidadãos e as organizações ponham no terreno medidas “de baixo para cima” e de “cima para baixo”, que configurem uma mesma orientação estratégica, o que passará por con-

tratualizações com as organizações territoriais de serviço público.

Esta linha de acção exige uma eficiente descentralização do aparelho de Estado e a promoção de plataformas territoriais que façam convergir as diversas partes que fazem Portugal.

3. Das políticas da União Europeia e das organizações internacionais

Nesta matéria, embora de maior escala e de maiores complexidades, o princípio deve ser o mesmo, reforçando as políticas de diferenciação positiva face às regiões e territórios mais pobres e marginais.

Esta linha central deve levar os órgãos nacionais do PS a reforçarem a sua participação activa e propositiva na Internacional Socialista, bem como ao nível de escalas mais baixas, como são os casos da CPLP e dos países mediterrânicos.

Ao nível governamental, é necessário que o país seja mais ouvido e qualificado na cena internacional, o que implica pôr como prioridade a participação e intervenção de Portugal nas várias instâncias internacionais, de que salientamos a União Europeia, a ONU e seus organismos especializados, a CPLP que necessita de novo fôlego – e nos vários fóruns globais, bilaterais e de grande regiões planetárias.

# Igualdade de oportunidades promove o desenvolvimento justo

**O Governo vai avançar, já no próximo ano, com o novo ciclo do plano de combate pela igualdade. O anúncio foi feito pelo secretário de Estado da Presidência, Jorge Lacão, ao intervir na sessão de abertura do II Colóquio Direitos Humanos na Ordem do Dia – Igualdade de Oportunidades, Direitos e Desenvolvimento, que decorreu no dia 28 de Novembro, na Assembleia da República.**

MARY RODRIGUES

CONSIDERANDO o segundo plano de combate pela igualdade “um importante instrumento na acção do Estado Democrático em defesa dos direitos humanos”, Jorge Lacão, criticou aqueles que pensam que estas problemáticas estão resolvidas, uma vez que se encontram há muito regulamentadas legalmente.

“Uma coisa é a sua consagração jurídica e outra coisa é a realidade”, frisou, sustentando ser obrigação do Estado “nunca distrair-se em relação à necessidade permanente de actualização das matérias de direitos humanos”.

Nesta iniciativa promovida pelo Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento, o secretário de Estado da Presidência reafirmou a intenção do Executivo de lançar, em 2007 um plano de combate ao tráfico de seres humanos e de apoio às suas vítimas.

Segundo Jorge Lacão, o plano “será integrado nas políticas de cooperação internacional”, com destaque especial para questões como a saúde sexual reprodutiva e a luta contra a discriminação no acesso do sexo feminino aos sistemas de educação.

Lacão referiu-se depois às medidas em curso no domínio das políticas de igualdade, lembrando que a União Europeia concluiu que o ano de 2007 deveria decorrer sob o lema da “Igualdade de oportunidades para todos”.

“Nesse sentido – adiantou – o nosso país tomou a decisão de nomear uma estrutura de missão, que está a preparar um programa de acção com o objectivo de ligar várias instituições sectoriais. Em Portugal, vamos ter uma intensa comemoração dessa luta pela igualdade para todos”.

O governante vincou igualmente que a proposta governamental de Orçamento do Estado para o próximo ano “prevê a extensão do



regime do mecenato a organizações não-governamentais dedicadas à promoção da igualdade de género, dos direitos humanos e da cidadania”.

“Paralelamente, os ministérios da Presidência e da Saúde tomaram a medida de isentar do pagamento de taxas moderadoras mulheres vítimas de violência doméstica que recorram às urgências ou aos internamentos hospitalares”, acrescentou o secretário de Estado que, ao nível da revisão da Lei de Finanças Locais, destacou a criação do novo Fundo Municipal Social e dos planos municipais para a igualdade do género.

Também presente na sala do senado, o presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, apelou à “convergência de esforços” nacionais e internacionais em defesa dos direitos humanos.

Ao manifestar a sua satisfação pessoal pela realização desta iniciativa do Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento, Gama saudou os intervenientes no colóquio, fazendo votos para que encontros como aquele contribuam no futuro, “de forma prática, para a resolução dos problemas associados à violação dos direitos humanos e muito particularmente para o combate contra a violência doméstica”.

O presidente da Assembleia da República saudou também o leque de iniciativas diversas que, no seio do Conselho Europeu e dos parlamentos nacionais, têm sido desenvolvidas em prol da defesa direitos, realçando, porém, a necessidade urgente de se definirem e aplicarem medidas efectivas contra os flagelos



da violência e da discriminação com base no sexo.

Sobre esta temática falou também a presidente da organização não-governamental reconhecida pelas Nações Unidas – Católicos pela Livre Escolha.

Para Frances Kissiling, a questão da criminalização da interrupção voluntária da gravidez (IVG) espelha de forma evidente o tratamento desigual a que as mulheres têm sido sujeitas historicamente e que se tem mantido claramente na hierarquia das diferentes instituições religiosas.

Na sua intervenção, Kissiling criticou a Igreja Católica pela estagnação do processo de despenalização da IVG em diversos países, argumentando que os católicos podem discutir e discordar das orientações desta instituição, especialmente nesta temática, uma vez que ela – defendeu – diz respeito à liberdade

de consciência de cada um.

Acusando a hierarquia eclesial de ter dois pesos e duas medidas no que concerne à defesa da vida e de ter mudando a sua postura de condena ou ilibação caso se trate de mulheres ou homens respectivamente, a líder dos Católicos pela Livre Escolha advogou, por fim, uma reforma profunda da estrutura da Igreja por considerá-la determinante na luta pela igualdade de oportunidades e de género nas sociedades modernas.

## O carácter transversal da igualdade

Na sessão de encerramento deste colóquio, o ministro da Saúde, Correia de Campos, considerou fundamental que o princípio da igualdade seja transversal a todas as práticas governativas e a todas as políticas públicas, lançando

também um apelo à Comunicação Social no sentido de se assumir como protagonista na promoção deste desígnio e na luta contra a violência doméstica.

Na área que tutela, Correia de Campos garantiu ter havido uma preocupação particular no que diz respeito à saúde feminina, tanto ao nível da prevenção, quanto ao nível do tratamento.

Depois de sublinhar a importância de ter cada vez mais mulheres nas direcções e administrações do Serviço Nacional de Saúde, o governante adiantou que, sempre que for possível, o seu ministério zelará para que os dados estatísticos correspondentes à saúde registem resultados diferenciados relativos a mulheres e homens, como forma de conhecer melhor as diferentes realidades nesta área.

Por sua vez, o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, interveio para felicitar a realização do colóquio.

Ao abordar, em primeiro lugar, a relação entre desenvolvimento e direitos das pessoas, Augusto Santos Silva considerou que o respeito pelos segundos é o “principal motor” do primeiro.

“Para promover desenvolvimento é preciso mudar o nosso olhar sobre os direitos”, afirmou, acrescentando logo que “sem igualdade de oportunidades não se realizam liberdades nem um desenvolvimento sustentável e justo”.

Assim, para Santos Silva, iniciativas como o colóquio não denegam a natureza prática do tema, pelo que o Parlamento foi uma boa escolha para sede de reflexões, debate e definição de estratégias de acção.

Também João Gomes Cravinho destacou a transversalidade das temáticas da igualdade, em especial de género, na prossecução de uma estratégia bem sucedida de cooperação para o desenvolvimento.

O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação garantiu que “a capacitação das mulheres será considerada fundamental na política do sector que tutela e que estará assente em três eixos: luta contra a pobreza, respeito pelos direitos humanos e respeito pelas diferentes culturas.”

“Vamos encorajar a inclusão da dimensão de género na avaliação de projectos que se candidatem a financiamentos públicos”, avançou.

A terminar a sua intervenção, João Gomes Cravinho frisou que “o aperfeiçoamento da cooperação para o desenvolvimento começa nas escolas”, mas passa fundamentalmente por uma “visão estratégica que articule de forma adequada e profícua igualdade, direitos humanos e desenvolvimento”.

OPINIÃO



## “ENTRE MARIDO E MULHER DEVEMOS, SIM, METER A COLHER”!

**MARIA MANUELA AUGUSTO**  
Presidente do Departamento  
Nacional das Mulheres Socialistas

TRADICIONALMENTE, ano após ano, no dia 25 de Novembro, o mundo assinala a necessidade de se eliminar a violência contra as mulheres.

Por isso mesmo, durante o mês de Novembro, os números actualizados dos casos de violência são referidos aqui e além, perante o espanto e a incredibilidade de quem anda mais desatento, de quem não sabe, ou de quem não vê. De quem não vê, ou de quem não quer ver o que se passa mesmo ao seu lado, em casa de vizinhos, de amigos ou, tantas e tantas vezes, de pessoas da sua própria família.

Mas os números não nos podem deixar indiferentes, ano após ano. Em Portugal, só em 2005, foram 18.193 as “ocorrências” registadas por duas entidades públicas, a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana.

Se considerarmos o período entre os anos 2000 a 2005, verificamos que houve uma média de 40 vítimas de violência doméstica por dia, num total de 89.213 casos.

E se é tristemente verdade que algumas destas vítimas são crianças e pessoas idosas, há, no entanto, um dado irrefutável referente à violência conjugal. Em Portugal, cerca de 90 por cento das vítimas de violência doméstica são mulheres, em situações que envolvem os maridos ou companheiros, ou os ex-maridos e ex-companheiros.

E é também aqui, em Portugal, que morrem em média cinco mulheres por mês, vítimas de violência doméstica.

Este é um tipo de violência que, mesmo quando não mata, deixa um rasto tenebroso de sequelas no corpo e na alma das suas vítimas, agravando dia após dia, ano após ano, a sua saúde física e psíquica. Por arrastamento, a vida das pessoas que com elas coabitam, sejam crianças, adolescentes ou pessoas idosas, transforma-se em pesadelo mais ou menos constante, num somatório de sofrimento degradante e desmesurado.

Como poderemos ficar indiferentes, como poderemos ignorar o que se passa ao nosso lado?

A verdade é que, hoje, é a própria lei que nos exige que não olhemos para o lado. Hoje, a lei exige que cada um de nós intervenha, que “meta a dita colher, entre o marido e a mulher”. A violência doméstica já é considerada um crime público, que a todas e todos diz respeito.

É aqui que a palavra denúncia assume a dignidade da cidadania, quando qualquer um de nós, cidadãs e cidadãos conscientes dos seus deveres cívicos, nos podemos dirigir às autoridades ou instituições vocacionadas e capacitadas para ouvir, encaminhar e fazer aquilo que deve ser feito neste domínio.

As vítimas, a maior parte das vezes, não conseguem sair sozinhas do chamado ciclo de violência a que estão sujeitas, às vezes durante anos a fio.

De facto, o agressor vai agindo de forma premeditada e intencional, pela necessidade que sente de controlar a vítima, de exercer poder e autoridade sobre ela.

Para isso, utiliza diversas artimanhas, alternando fases de intimidação, de violência sempre crescente e de pseudo arrependimento. Nesta fase, assume atitudes afectuosas, oferece presentes, faz promessas e jura mudar o comportamento.

A vítima vai passando por sentimentos de culpa, de dúvidas até sobre a sua própria razão, de medo, de vulnerabilidade, de esperança. Esperança que logo se desvanece, quando tudo recomeça...

Mas ao medo, ao pavor das represálias, vão-se juntando outros factores, tantas vezes o isolamento social da vítima, o desconhecimento sobre os apoios e os direitos, a preocupação em relação ao futuro dos filhos e, em tantos casos, a dependência económica em relação ao agressor.

Sentindo-se enredadas, indefesas, sem auto estima, as vítimas de violência doméstica estão, também, mais predispostas à depressão e ao suicídio.

Esta é uma realidade que temos de eliminar, de forma sistemática, coerente e determinada.

O Governo do Partido Socialista, atento a esta mesma realidade, tem tomado pertinentes medidas nesse sentido. Recentemente, na proposta de lei de revisão do Código Penal que apresentou à Assembleia da República, foram introduzidas importantes medidas de combate à violência doméstica, desde logo pela sua criminalização autónoma.

Nesta proposta, está prevista a protecção mais efectiva das vítimas, e são propostos programas específicos de prevenção da violência doméstica, assim como medidas que possibilitem uma maior fiscalização em relação ao afastamento do agressor.

Não são esquecidos outro tipo de crimes, como o do tráfico de seres humanos, na sua grande maioria para exploração sexual, e é proposta a criminalização efectiva das situações de mutilação genital feminina, praticada entre algumas comunidades, sendo esta outra forma medonha da violência de género.

Perante a gravidade destes fenómenos de violência, é urgente e inevitável que cada um de nós cumpra a sua parte.

Tratando-se de violência doméstica, a informação tem que chegar a todo o lado, seja para que as próprias vítimas saibam a quem recorrer, seja para que quem conheça ou testemunhe este crime público o possa denunciar.

Nestes casos, não devemos hesitar. As forças policiais, PSP, GNR, ou a Polícia Judiciária, os hospitais ou centros de saúde, as delegações e os gabinetes médico-legais, os tribunais e serviços do Ministério Público estão aptos e disponíveis.

Em qualquer destes espaços haverá quem possa ouvir e encaminhar a vítima para estruturas de atendimento personalizado e para as redes locais de estruturas de apoio e de acolhimento. Em cada caso, haverá quem saiba o que fazer e como fazer para quebrar o ciclo da violência.

Se esse for o seu caso, não fique só, pode sempre ligar todos os dias e a qualquer hora, para a Linha de Emergência Nacional, 144, ou para o Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica, 800 202 148.

Se não se lembrar, mais uma vez não hesite, ligue para o Número Nacional de Emergência, 112.

Um dia, e esse pode ser o seu dia, todos os pesadelos acabam.

# Novo Código de Processo Penal acelera decisões judiciais

O GOVERNO aprovou a versão final da proposta de revisão do Código de Processo Penal, que irá permitir uma aceleração das decisões judiciais.

“O Novo Código de Processo Penal é uma boa notícia para a protecção dos direitos das vítimas, para a defesa e para a administração do direito criminal”, afirmou o ministro da Justiça, Alberto Costa, no dia 16, no final da reunião do Conselho de Ministros.

Entre as mudanças do actual código, o ministro da Justiça referiu que “as vítimas passam a ser avisadas previamente da libertação de um condenado que lhes possa oferecer perigo”.

Alberto Costa salientou que haverá uma “aceleração” processual nas fases de inquérito, julgamento e recurso, que serão agilizadas após a aprovação da proposta de lei na Assembleia da República.

“Vai ser encurtado o tempo entre a prática do crime e o trânsito em julgado da sentença”, frisou o ministro, adiantando que também serão “criadas novas soluções, mais



ágeis, para o exame de conflitos de competência” na administração da Justiça.

“Tem-se perdido muito tempo com estes conflitos de competências”, disse Alberto Costa, destacando a introdução de normas para a redução dos períodos de interrogatório que não podem ir além de quatro horas e a nova delimitação das condições em que se poderá aplicar prisão preventiva.

“A prisão preventiva só poderá ser aplicada a crimes dolosos com moldura penal superior a cinco anos e a penas de prisão acima dos três anos perante situações de terrorismo, criminalidade violenta, ou altamente organizada”, disse.

“Em Portugal, não será tantas vezes utilizada a prisão preventiva. Há hoje alternativas como a vigilância electrónica”, acrescentou o ministro.

## Penas mais duras para o crime do tráfico de pessoas

QUEM for dado como culpado do crime de tráfico de pessoas para exploração de mão-de-obra será punido com pena de prisão de dois a oito anos, se as vítimas forem adultos, e de três a 12 anos, se forem menores. Estas medidas, que deverão constar do novo Código de Processo Penal, estão a ser delineadas pelo Governo e serão publicadas até ao final do ano.

O Executivo pretende, assim, colmatar um vazio legal que quase não pune os responsáveis – individuais ou pessoas colectivas – uma vez que, actualmente são apenas aplicadas coimas (que não chegam a um milhão de euros) a quem seja apanhado a recrutar trabalhadores de forma fraudulenta.

Após a publicação das novas leis, as empresas empregadoras terão um prazo de três meses para se adaptarem.

Esta nova lei vai abranger um número vasto de empregadores cujo campo de recrutamento se situa, principalmente nos pequenos povoados do Norte do país e que tem como principais países de destino a Holanda, Bélgica, Inglaterra e Irlanda.

Entretanto, o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Jorge Lacão, anunciou que o Governo do PS vai lançar em 2007 o primeiro Plano Nacional de Combate ao Tráfico de Seres Humanos, que dará uma atenção particular às vítimas ao seu estatuto e necessi-



dades de protecção.

O plano, que terá uma duração de três anos (2007/2009), pretende dar um a resposta eficaz às exigências de combate a este flagelo já formuladas pela União Europeia no sentido de se definirem estratégias de combate a este problema.

Segundo avançou recentemente Jorge Lacão, ao intervir num seminário internacional sobre tráfico e exploração sexual, o plano português, que ainda se encontra em fase de laboração, deverá também compreender uma troca de informação e uma acção conjugada das polícias.

Lacão explicou que será nomeado um coordenador para acom-

panhar a sua execução e que, por inerência, desempenhará também a função de relator nacional para o tráfico de seres humanos.

O Governo vai ainda criar em 2007 um Observatório do Tráfico cuja missão será a produção, recolha, tratamento e difusão de informação respeitante ao tráfico de pessoas.

O secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, José Magalhães, que também participou neste seminário realizado em Alfragide (Amadora), sublinhou a importância da criação do observatório, considerando que só conhecendo o fenómeno será possível encontrar estratégias para o combater.



# Governo investe 332 milhões em novas acessibilidades na Grande Lisboa

**Reduzir a sinistralidade e melhorar a mobilidade rodoviária, encurtando os tempos de percurso, são os objectivos do Governo ao investir 332 milhões de euros em novas acessibilidades na Grande Lisboa. As obras estarão concluídas até 2010 e contribuirão de forma decisiva para a melhoria da qualidade de vida de cerca de dois milhões de pessoas que vivem nesta área metropolitana. Finalmente, desata-se o nó górdio em que se transformaram as vias de acesso à capital.**

“ESTAMOS perante um conjunto de investimentos muito ambiciosos, de cerca de 332 milhões de euros, que visam suprir carências de décadas e dotar o território da região de Lisboa de um conjunto integrado de infra-estruturas rodoviárias”, disse Mário Lino, durante a apresentação, no dia 27, das novas acessibilidades rodoviárias.

Os 332 milhões de euros vão ser aplicados no alargamento do IC19 de duas para três vias em 2008, na concessão da Grande Lisboa, que implica a construção do IC30 e do IC16 até 2010, na conclusão do último lanço da Circular Regional Interior de Lisboa, entre a Buraca e a Pontinha, até 2009, e na finalização do Eixo Norte-Sul até Abril de 2007.

Segundo o ministro das Obras Públicas, estas obras vão permitir melhorar a qualidade de vida das populações e garantir condições de segurança e de mobilidade aos utentes destas vias.

Presente na cerimónia, o primeiro-ministro, José Sócrates, salientou a importância destas infra-estruturas “para a qualidade de vida de dois milhões de pessoas que vivem na área metropolitana de Lisboa”.

Para José Sócrates, este investimento, além de conceder mais qualidade de vida à população da Grande Lisboa, garantirá também mais eficiência económica à Área Metropolitana de Lisboa (AML), que é de grande importância para a economia nacional.

As novas acessibilidades irão permitir “tornar a AML uma zona económica mais eficiente e mais capaz de dar o seu contributo para a economia nacional”, sustentou José Sócrates, que juntamente com Mário Lino, o secretário de Estado das Obras Públicas, Paulo Campos, e alguns presidentes de municípios da área de Lisboa, entre os quais



o socialista Joaquim Raposo, da Câmara da Amadora, percorreram de autocarro o IC 19, a CRIL e o Eixo Norte/Sul.

José Sócrates lembrou que a AML é onde se centram “os maiores problemas de mobilidade” nacionais e considerou “absolutamente confrangedor” o arrastamento da conclusão destas obras, dando como exemplo o Eixo Norte-Sul, que está parado há sete anos, e a CRIL, cuja última intervenção foi há 10 anos.

## **Maior fluidez do trânsito**

Por sua vez, o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunica-

ções adiantou que “os novos acessos irão resolver um conjunto de problemas que se vêm arrastando, nalguns casos, há décadas” e irão “permitir desatar o autêntico nó górdio em que se havia transformado a rede de acessibilidades na zona ocidental da região da Grande Lisboa”.

“Temos duas radiais a A5 e o IC19 com fortes problemas de estrangulamento, provocados pela grande sobrecarga automóvel”, afirmou Mário Lino, lembrando que circulam em média na auto-estrada de Cascais (A5) 90 mil veículos por dia e no viaduto Duarte Pacheco cerca de 200 mil veículos por dia. O IC 19 contribui com um tráfego de 120 mil

veículos/dia na cidade de Lisboa, acrescentou.

Relativamente às circulares, Mário Lino lembrou que apenas a Circular Regional Exterior de Lisboa (CREL) está concluída.

A Segunda Circular, que atravessa a cidade, encontra-se fortemente congestionada por uma circulação diária de 140 mil veículos enquanto a CRIL, onde transitam diariamente cerca de 100 mil veículos, está por concluir há 10 anos e o Eixo Norte-Sul está ainda em obra, salientou o ministro.

Mário Lino anunciou que a concessão da Grande Lisboa inclui a construção de dois novos eixos (o IC30 entre Alcabideche e Ranholas e o IC16 entre Lourel

e a CREL), com portagens, que constituirão a futura A16.

Segundo Mário Lino, o IC30, que integrará uma nova circular exterior à AML, terá uma extensão de oito quilómetros, e o IC16, que permite a conclusão da Radial da Pontinha, terá 12 quilómetros.

“Estas vias combinadas permitem satisfazer a procura de tráfego entre a zona ocidental da AML para o Norte, que se faz através da auto-estrada no Norte, e para o Sul, que se faz através da A12, aliviando a circulação dentro da cidade de Lisboa”, salientou.

Contribuem igualmente para a redução de vias sobrecarregadas em cerca de 20 por cento, caso da A5 e IC19, e a redução de tempos de percurso em cerca de 50 por cento, relativamente ao IC19.

Relativamente ao último lanço da CRIL, entre a Buraca e a Pontinha, Mário Lino anunciou que será posto a concurso no início de 2007, ano em que entrará em construção, e deverá estar concluído em 2009.

Mário Lino lembrou que os primeiros estudos sobre a CRIL foram iniciados há cerca de 40 anos e só agora foi encontrada uma solução que atende às preocupações essenciais, que se “prendem com o bem-estar das populações”.

A solução minimiza os impactos acústicos, paisagísticos e visuais, salvaguarda o Aqueduto das Águas Livres, bem como as preocupações das autarquias com a melhoria na articulação com a rede rodoviária local e com a requalificação urbana numa zona que actualmente se encontra degradada e carenciada, referiu o ministro.

Quanto ao IC19, o Governo vai avançar com a construção da segunda fase do alargamento e beneficiação do troço entre Cacém e Ranholas, com uma extensão de cinco quilómetros.

O alargamento do IC19 vai traduzir-se na introdução de uma terceira via em cada sentido, bem como de uma quarta via entre os nós de ligação, o que permitirá uma melhoria das condições de circulação e segurança.

O IC19 irá igualmente beneficiar de uma nova entrada e saída no Cacém, desenvolvida no âmbito do programa Polis, cujas obras estão a decorrer no local e estarão concluídas em breve, disse Mário Lino.

Relativamente ao eixo Norte-Sul, será construído o último troço, entre a Avenida Padre Cruz e a CRIL.

Segundo Mário Lino, este conjunto de obras vai permitir a fluidez do trânsito, em especial na Segunda Circular, onde se prevê uma redução de cerca de 40 mil veículos/dia, e na calçada de Carriço, onde se estima uma redução de 20 mil veículos/dia.

## OPINIÃO



**RICARDO GONÇALVES**  
Deputado do PS  
eleito por Braga

*Bento XVI tem como inimigos principais o ateísmo, o consumismo, o hedonismo e, acima de tudo, a indiferença da sociedade ocidental para com a religião católica*

## A "VIAGEM DE RISCO" DE BENTO XVI À TURQUIA

O FACTO foi devidamente notado a nível internacional: o Papa Bento XVI não se inibiu de fazer uma citação polémica: num discurso na Universidade de Regensburg, na Alemanha, em Setembro, o Islão foi invocado pelo Papa em alguns parágrafos, citando o imperador bizantino Manuel II Paleólogo (1350-1425). No fundo, referia-se que Maomé incitava à violência. Assim, o Papa acicatóu os ânimos que pareciam ter ficado adormecidos, desde a recente "crise dos cartoons".

No momento em que estamos a escrever, está a começar uma viagem de Bento XVI fora do Vaticano. Uma "viagem de risco" – para usar uma terminologia agora tão em voga –, porque o destino de Bento XVI é a Turquia. E, ao mesmo tempo, ainda que o último continuador de Pedro não tenha saído dos seus aposentos na Cidade do Vaticano, as manifestações contrárias a esta viagem já se fazem sentir. No domingo, perto de um milhão de pessoas manifestou-se em Istambul contra a viagem papal. E o próprio Ali Agca (lembra-se dele?) parece não estar pelos ajustes: o advogado do turco que tentou matar João Paulo II disse ao "Expresso" que "o país não esqueceu as palavras dele (Bento XVI) contra o profeta Maomé".

Tanto o discurso mais recente de Bento XVI como a envolvimento desta anunciada visita à Turquia não podem ser analisados única e exclusivamente como meras intervenções circunstanciais ou incluídas num roteiro de viagens delineados pelos novos senhores do Vaticano. É preciso recordar, desde logo, que Bento XVI é tido, indubitavelmente, como um Papa de estilo muito mais conservador do que o seu antecessor, João Paulo II. De resto, basta lembrar que Joseph Ratzinger foi, durante muitos anos, o Prefeito para a Congregação da Doutrina e da Fé, uma das mais poderosas e influentes congregações do Vaticano, por onde passa, nomeadamente, a defesa dos dogmas. Ou seja, tudo isto significa – e parece reconhecido internacionalmente, a começar pelos mais ilustres vaticanólogos – que a linha de actuação do Vaticano conhece, com Bento XVI, novas formas, novas metodologias e quiçá novos objectivos.

Desiludam-se, pois, aqueles que, ao menos por alguns momentos, pensaram que a citação recente de Bento XVI, no meio de um discurso (como sempre) bem preparado, foi inocente. As intervenções dos grandes líderes mundiais são preparadas ao milímetro, por uma corte de assessores e especialistas e o que será inocente é pensar-se que a inclusão da tão famosa citação foi... inocente.

Bento XVI compreendeu – se calhar ainda quando vestia a pele de cardeal Ratzinger – que o Vaticano desde há muito estava a perder a sua influência a nível internacional. Ao contrário, afinal, do que está na essência da mensagem deixada por um profeta de Nazaré há dois mil anos, no Vaticano também se patenteia a luta pelo poder e a luta pelas influências a nível internacional.

A crescente ascensão do islamismo – e não vamos aqui discutir se essa ascensão se tem feito pelos métodos mais legítimos, pois isso é pano para outras mangas – está a colocar em perigo a secular influência da Igreja Católica e o Vaticano terá compreendido que se torna necessário recenrar não só o discurso como a acção e a influência em torno dos valores milenares que defende. A questão está, agora, em saber até que ponto esta nova estratégia dimanada desde a Praça de S. Pedro irá ou não produzir uma onda de choque que poderá funcionar como um verdadeiro rastilho.

O caminho que Bento XVI parece estar a seguir é inteligente – há que reconhecê-lo –, valendo-se do passado da Igreja Católica provoca a polémica com os fundamentalistas islâmicos precisamente para que a Igreja Católica não perca mais da sua influência. Bento XVI tem como inimigos principais o ateísmo, o consumismo, o hedonismo e, acima de tudo, a indiferença da sociedade ocidental para com a religião católica. Tudo isto que está a acontecer à religião católica no ocidente é temido pelos pensadores islâmicos, que não querem que lhes suceda o mesmo (em que a ascensão social da mulher não é um problema menor para os muçulmanos). Daí considerarem o ocidente um perigo que é preciso atacar para que não sirva de farol à sua juventude. Ora, a Igreja Católica, com o espaço que lhe resta (que já não é muito), quer entrar também neste confronto para tirar proveito dele. Demonstrando que hoje é uma religião tolerante, que aceita a democracia e a vida em liberdade, mas que é a única instituição do ocidente com história e profundidade espiritual que pode servir de âncora e de busca da paz individual e colectiva de que o ocidente precisa. Sendo, como sempre, o grande baluarte contra as investidas do Islão, agora noutros moldes e por outras razões. Combatendo a instabilidade e a ânsia mórbida, que todos estes acontecimentos (em que o terrorismo tem tido um papel importante) trazem a este tempo de incerteza e insegurança.

Nesta viagem à Turquia, Bento XVI não deixará, por certo, de produzir discursos que tenderão não propriamente a "emendar a mão" à sua tão polémica intervenção em Setembro na Alemanha, mas a relevar valores que ultimamente são apanágio do Vaticano, como a paz, a concórdia, a união fraterna, até mesmo o ecumenismo.

## Instituto Ibérico de Nanotecnologia será construído em Braga



O INSTITUTO Ibérico, a construir em Braga e que fará investigação na área da Nanotecnologia, estará a funcionar em 2009, anunciou o ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, no final da cerimónia de assinatura do protocolo de constituição do direito de superfície do terreno, que decorreu na Câmara Municipal de Braga.

Mariano Gago sublinhou que a instalação do Instituto em Portugal "é um acto de grande generosidade de Espanha", já que "é o primeiro laboratório científico internacional criado na Península Ibérica".

E acrescentou que as valências científicas a que o organismo se dedicará "foram analisadas por um Comité Científico Internacional, composto por sábios de nível mundial", devendo ser divulgadas durante a Cimeira Ibérica.

O ministro da Ciência e En-

sino Superior salientou que se mantém o modelo de financiamento previsto, que passa por um investimento de ambos os países de 30 milhões de euros para a construção e equipamentos e outros 30 para o funcionamento do Instituto.

"Em 2007 avançar-se-á com o projecto de arquitectura e com o concurso público, em 2008 com a aquisição de equipamentos e o recrutamento de especialistas, de modo a que arranque em 2009", acrescentou.

Questionado sobre a participação das universidades portuguesas e espanholas no laboratório do Instituto, Mariano Gago assinalou que, "a experiência de projectos idênticos mostra que traz grandes vantagens para as universidades, quer pela investigação que faz quer pelos peritos que atrai e pelas oportunidades de emprego e

estágio que proporciona".

Referiu que o Instituto será um organismo público, mas estará aberto à participação de privados que queiram apostar em projectos concretos para aplicação industrial.

Por sua vez, o presidente da Câmara, o socialista Mesquita Machado, considerou que "este é um dos mais importantes projectos da história de Braga, que vai trazer para a cidade os melhores investigadores mundiais na área das nanotecnologias".

O Instituto será construído num terreno municipal de cinco hectares, em plena cidade de Braga, onde está instalado actualmente o parque de diversões Bracalândia.

De salientar ainda que o organismo terá um terço de investigadores portugueses, um terço de espanhóis e um de cientistas estrangeiros.

## Marca na hora e em todo o país

CONSTITUIR uma empresa e adquirir em simultâneo o registo de marca é já possível em todo o país.

Até aqui, durante o período experimental fixado, a constituição de uma Empresa na Hora e a utilização do serviço da Marca na Hora apenas era possível no Registo Nacional de Pessoas Colectivas, nos respectivos postos de atendimento junto dos Centros de Formalidades de Empresas de Lisboa, nas Conservatórias do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia e de Coimbra e no respectivo posto de atendimento junto do Centro de Formalidades de Empresas de Coimbra.

A aquisição da Marca na Hora passa agora a estar disponível nos 44 postos de atendimento da Empresa na Hora, que asseguram a cobertura de todas as capitais de



distrito de Portugal Continental e das regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

No futuro, todos os novos locais de atendimento da Empresa na Hora que venham a ser criados irão

permitir, desde a sua instalação, a aquisição da Marca na Hora.

Segundo o Governo, este alargamento justifica-se pela utilização da Marca na Hora verificada durante o período experimental.

# Cimeira Ibérica consolida estratégica de cooperação e desenvolvimento

**Portugal e Espanha estreitam laços, convergem nas políticas e sublinham o papel da península ibérica no âmbito da Europa comunitária e no contexto regional.**

A 22ª EDIÇÃO da cimeira ibérica, realizada nos dias 24 e 25 de Novembro, demonstrou claramente que Portugal e Espanha “têm hoje uma relação exemplar em todos os domínios sectoriais e transfronteiriços”. Esta a mensagem deixada em Badajoz, pelo primeiro-ministro, José Sócrates, para quem esta reunião foi “uma cimeira do futuro”.

“Esta foi verdadeiramente uma cimeira do nosso tempo, para o nosso tempo e à altura deste tempo. Demos passos políticos muito significativos, destacando o que diz respeito à convergência nas políticas externas dos dois países”, afirmou José Sócrates, anunciando depois que os governos de ambos países renovaram a aposta na cooperação em termos do relacionamento com o Magreb, com o continente africano e com a América Latina.

“Decidimos atribuir uma prioridade que não tem havido nas organizações internacionais a que pertencemos, nomeadamente na União Europeia”, frisou, sustentando que “a Europa precisa de olhar para a sua fronteira sul com olhos de quem atribui a esse flanco uma nova exigência relativamente à estabilidade na zona, precisa de ter uma presença no Médio Oriente compatível com a responsabilidade que temos nessa parte do mundo”.

As declarações de Sócrates foram proferidas no final da última edição Cimeira Luso-Espanhola, durante uma conferência de Imprensa conjunta com o chefe do Governo de Espanha, José Luís Zapatero.

De acordo com o primeiro-ministro português, no encontro de Badajoz, os dois países “tiveram os olhos postos no futuro”, dando como exemplos disto os acordos celebrados nos sectores energético e da segurança, mas também nos domínios da ciência e da tecnologia.

“Se há campo de cooperação que é indiscutível entre os dois países é o da ciência”, disse, antes de assinalar que a decisão de Portugal e Espanha de instalarem um Laboratório Internacional de Nanotecnologia em Braga “demonstrou que os dois países sabem que podem competir melhor no mercado global se estiverem juntos”.

Ainda segundo Sócrates, Portugal e Espanha “têm uma relação exemplar na área dos transportes”,



uma vez que, durante a cimeira, ficou decidida a construção de uma nova ponte sobre o Rio Tâmega e de uma estação ferroviária conjunta Elvas/Badajoz na futura ligação de alta velocidade entre Lisboa e Madrid.

José Sócrates evidenciou igualmente a cooperação dos dois países no combate à imigração clandestina e perante fenómenos como os incêndios florestais.

Já o presidente do Executivo espanhol, José Luís Rodríguez Zapatero, a cimeira decorreu no “melhor período da história” das relações luso-espanholas, caracterizadas por “mais proximidade em todos os sectores”, uma opinião partilhada por Sócrates.

Considerada por Zapatero um quase “conselho de ministros conjunto” dada a extensa delegação de ambas as partes, a reunião de Badajoz permitiu a realização de vários encontros sectoriais, com destaque particular para os temas internacionais.

A criação de um Conselho de Defesa e Segurança, que deverá nascer formalmente na próxima cimeira, e a duplicação da quota obrigatória de transacções de electricidade no mercado a prazo, com sede em Portugal, foram duas das principais conclusões desta cimeira luso-espanhola.

Os temas considerados mais complexos, a energia e a ligação de alta velocidade, saíram reforçados com avanços no aprofundamento

do Mercado Ibérico de Energia (Mibel) e a decisão de instalar na fronteira a estação Elvas-Badajoz, um espaço “internacional” e que pode, assim, beneficiar de fundos adicionais europeus.

## Principais acordos multissectoriais

Os governos de Portugal e Espanha abordaram na cimeira ibérica de Badajoz um extenso leque de temas bilaterais, europeus e regionais, com acordos de princípio em áreas diversas.

No capítulo da política internacional – um dos temas dominantes das reuniões –, os dois países ibéricos renovaram a aposta na cooperação em termos do relacionamento com o Magreb, com o continente africano e com a América Latina.

Segundo comunicados dos dois executivos, as delegações analisaram ainda o estabelecimento de um mecanismo de apoio mútuo em candidaturas a organismos internacionais e um reforço no mútuo intercâmbio de diplomatas.

A nível da União Europeia e além da próxima presidência portuguesa (segundo semestre de 2007), Lisboa e Madrid analisaram ainda a questão do alargamento, nomeadamente por considerarem a entrada da Turquia “uma questão estratégica de primeira ordem”.

A imigração voltou a marcar a agenda bilateral, com Portugal e Espanha a reiterarem o esforço de

destacar o tema no espaço europeu e no relacionamento com o continente africano e, entre outras medidas, aumentar as operações conjuntas nos aeroportos dos dois países.

A imigração voltou a marcar a agenda bilateral, com Madrid e Lisboa a reiterarem o esforço de destacar o tema no espaço europeu e no relacionamento com o continente africano e, entre outras medidas, aumentar as operações conjuntas nos aeroportos dos dois países.

A nível da segurança, os dois países querem impulsionar os contactos entre as suas forças, nomeadamente em áreas como “controlo e fiscalização de explosivos convencionais” e protecção de personalidades.

Em termos económicos e além do sector energético, foram discutidas questões relacionadas com a crescente liberalização do mercado internacional e com o sector do turismo.

Por outro lado, os ministros do Ambiente dos dois países, Nunes Correia e Cristina Narbona, acordaram na criação de uma estrutura ou entidade que permita uma gestão coordenada de parques e zonas protegidas na fronteira.

Vai igualmente avançar um projecto conjunto para analisar o impacto das alterações climáticas na biodiversidade da Península Ibérica.

Os Executivos português e espanhol vão triplicar, de cinco para 15 quilómetros, a faixa transfronteiriça de cooperação em matéria de protecção civil, nomeadamente no combate a incêndios.

A nível científico, além dos acordos referentes ao Instituto Ibérico de Nanotecnologia, os dois governos anunciaram o lançamento da iniciativa IBERGR ID para o desenvolvimento de uma infraestrutura ibérica de computação distribuída.

Madrid e Lisboa vão ainda promover a realização de um encontro ibérico de museus e centros de ciência, apostando num reforço da “mobilidade entre universidades e instituições de inovação e investigação”.

Até Julho do próximo ano, comprometeram-se a concretizar a ligação directa das redes electrónicas de investigação e de ensino entre os dois países.

De salientar que a 23ª Cimeira Luso-Espanhola vai realizar-se em Braga, no último trimestre de 2007, tendo como temas centrais a ciência e a tecnologia e estando prevista a apresentação do projecto e lançamento do concurso internacional para a construção do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia. M.R.

## PRINCIPAIS COMPROMISSOS DA 22ª CIMEIRA IBÉRICA

Lançamento das bases do futuro Conselho de Segurança e Defesa conjunto aos dois países

Duplicação da quota obrigatória de transacções de electricidade no mercado a prazo, com sede em Portugal

Criação do Instituto Luso-Espanhol de Investigação de Nanotecnologia de Braga

Memorando de entendimento entre Portugal e Espanha na área da cooperação para o desenvolvimento

Aprovação do projecto da ponte internacional sobre o rio Tâmega, entre Verin e Chaves

Cooperação e assistência técnica entre os Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social

Aprofundamento da cooperação luso-espanhola no domínio da saúde

Promoção turística em terceiros países

# Orçamento da esperança e da modernização solidária

**O debate do Orçamento de Estado (OE) para 2007 deixou claro aos olhos dos portugueses a existência de um Governo credível, reformista, que prossegue objectivos nítidos e corajosos, e de uma oposição, designadamente a do PSD, estéril nas ideias, frágil na liderança, muitas vezes dada à demagogia e refém do populismo autárquico e regional. Esta conclusão foi transmitida pelo líder da bancada socialista, Alberto Martins, na intervenção que fez antes da votação final global do OE para o próximo ano, o qual foi aprovado com os votos favoráveis do PS.**

MARY RODRIGUES

Garantindo que “o reformismo de esquerda em Portugal está onde, na prática, sempre esteve: no Partido Socialista”, Alberto Martins distan-



ciou-se, por um lado, “da paralisia conformista dos que se pretendem à nossa esquerda” e, por outro, de “uma direita que de manhã é despesista, à tarde é neoliberal e à noite adormece afagando-se no confortável populismo de Estado”.

“Recordemos que a esquerda é sobretudo mudança, movimento, progresso”, vincou, clarificando que nas actuais condições de austeridade financeira e moderado crescimento económico, “ser de esquerda é assegurar a sustentabilidade financeira do Estado Social, isto é, a própria existência do Estado Social”.

E ao saudar as posturas construtivas assumidas pelo PCP, BE, Verdes e CDS, bem como os bons contributos que deram para o Orçamento, assinalou que “o Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) aprovou o dobro de propostas com origem na oposição face ao passado”.

“A abertura para todos os contributos válidos das oposições foi total”, garantiu, antes de recusar qualquer pretensão ou prática de imposição pela maioria absoluta.

“Em 686 votações de especialidade, a maioria socialista apenas rejeitou, contra toda a oposição, dez propostas.

Sim, apenas 1,5 por cento das votações”, apontou.

Depois Alberto Martins disse que “este é um Orçamento de esperança”, onde “não se permite que o urgente se alcance pelo sacrifício do essencial: um Estado Social moderno”.

Mas essa modernização tem de ser “solidária”, porque “só uma visão equitativa em que todos contribuem para o esforço de crescimento, de redistribuição e de sustentabilidade garante a coesão e impede a criação de guetos sociais”.

Segundo o líder da bancada socialista, a proposta governamental de Orçamento de Estado para 2007 “alia o rigor ao crescimento e a prudência à responsabilidade”.

“Nele, a consolidação das finanças públicas surge ao serviço de opções políticas claras: apostar na ciência, tecnologia e inovação; investir na qualificação dos portugueses; combater a pobreza, em favor dos idosos”, afirmou Alberto Martins, salientando de imediato que o próximo ano “dará continuidade àquilo que é verdadeiramente decisivo para o equilíbrio das contas públicas e para efectuar as mudanças de que o país mais precisa: as reformas estruturais e o crescimento económico”.

De seguida, apontou para os sinais

de melhoria da economia nacional: maior crescimento do Produto Interno bruto (PIB), mais exportações, menos desemprego e mais emprego, menos dívida pública, citando ainda os recentes relatórios do Banco de Portugal e do Instituto Nacional de Estatísticas que sustentam a boa eficácia da actuação do Governo socialista.

Dirigindo críticas certas PSD, que acusou de se ter transformado num “partido reduzido a uma agenda populista regional e autárquica”, Alberto Martins lamentou que o actual presidente laranja “não entenda que, nas deslocações ao estrangeiro, enquanto líder do maior partido da oposição, é a imagem do país que está em causa”, uma vez que “as suas recentes afirmações no Brasil não servem o interesse dos portugueses e de Portugal”.

Em resposta ao discurso pessimista e desfasado da realidade de Marques Mendes, o presidente do GP/PS reafirmou que a nossa economia crescerá em 2007 mais do que nos três anos de governação da direita somados, garantindo, por outro lado, que não haverá cortes nas prestações sociais ou qualquer ataque ao modelo social do Estado democrático em Portugal.

## REFERENDO SOBRE A IVG: PS CONCORDA COM DATA ESCOLHIDA PELO PR

O DIA 11 de Fevereiro de 2007 foi escolhido pelo Presidente da República para a realização do referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez. Uma data “razoável” e “adequada”, como considerou o líder do Grupo Parlamentar do PS, Alberto Martins, logo após a declaração de Cavaco Silva ao país.

Alberto Martins afirmou que o PS se identificou com a declaração “prudente, precisa e adequada” feita pelo chefe de Estado para explicar o enquadramento político em que se realizará a próxima consulta popular sobre aborto.

Para o líder da bancada socialista, a convocação da consulta nacional “constitui mais um passo importante de um processo que visa pôr fim ao flagelo social do aborto clandestino em Portugal”.

O próximo referendo, acrescentou, “é o momento para se acabar com uma situação que penaliza as mulheres e que constitui uma vergonha para Portugal”.

## OE 2007 ao serviço de um Portugal mais próspero e solidário

**“A verdade, o rigor, a credibilidade e a ambição” estão presentes neste Orçamento de Estado, que “acentua a determinação colocada nas reformas que não podiam continuar adiadas ano após ano, como vimos acontecer ainda recentemente nos dois governos PSD/CCDS”, afirmou o ministro das Finanças.**

TEIXEIRA dos Santos, que falava no dia 30, no final do debate da proposta de lei do Orçamento de Estado para 2007, aprovada pela maioria parlamentar socialista, afirmou que o documento “é mais um passo para que Portugal continue a avançar firmemente no trilho das reformas ao serviço de um crescimento sustentado e robusto” e do empreendedorismo das nossas empresas”.

Mas também, acrescentou, “ao serviço de uma sociedade mais justa e solidária, que combate a iniquidade e a pobreza, de maior e melhor qualificação dos portugueses”, de forma a garantir um “cada vez melhor futuro para o

nosso país e, em particular, para as gerações de portuguesas e portugueses que têm, afinal, direito a um Portugal mais próspero, mais justo e mais solidário”.

Salientando que foi com um “capital de credibilidade” e com a “reputação de quem é capaz de obter a apresentar resultados e efectuar reformas” que o Governo submeteu ao Parlamento a sua proposta de OE para 2007, Teixeira dos Santos disse não estranhar, por isso, “o claro embaraço revelado pela oposição”.

Uma oposição que à esquerda, disse, “continua a clamar por aumentos de despesa escondendo aos portugueses que serão os seus impostos que terão que suportar tamanha ‘generosidade’ do Estado, enquanto “à direita não se vislumbra qualquer estratégia coerente e consistente capaz de se afirmar como alternativa ao reformismo revelado pelo Governo”.

Para o ministro das Finanças, “a sua estratégia de colagem às reivindicações sectoriais e dos grupos de pressão, fê-los perder o sentido do interesse nacional e por isso as suas propostas são desgarradas e incoerentes”.

“Mas não se iludam”, alertou, sublinhando

que “os portugueses percebem bem o que está em causa. Têm consciência que há que efectuar mudanças para que o país progrida” e já “perceberam quem é capaz e quem não é capaz de levar a cabo essas mudanças. Os portugueses já perceberam que podem contar com este Governo para efectuar as reformas de que o país carece”.

Por isso, acrescentou, no debate ocorrido na Assembleia da República ao longo das últimas semanas “foi bem visível o incómodo, o desconforto destes partidos face à atitude francamente reformista deste Governo e face aos resultados já visíveis da execução orçamental de 2006 que evidenciou claramente que a correcção orçamental está a traduzir-se numa efectiva redução do peso da despesa pública na economia”.

Referindo-se à “verdade, rigor e credibilidade” presentes na proposta do Orçamento, Teixeira dos Santos sublinhou que houve uma aposta no “reforço da transparência das finanças públicas. Não houve no Orçamento do Estado para 2006 e não haverá no Orçamento para o próximo ano lugar a soluções de contabilidade criativa ou suborçamentação”. J. C. C. B.

**Acção Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

[www.accaosocialista.net](http://www.accaosocialista.net)

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco [cbranco@ps.pt](mailto:cbranco@ps.pt), Mary Rodrigues [mary@ps.pt](mailto:mary@ps.pt), Rui Solano de Almeida [rsolano@ps.pt](mailto:rsolano@ps.pt) ■ **Secretariado** Virgínia Damas [virginia@ps.pt](mailto:virginia@ps.pt) ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço postal do jornal ou [accaosocialista@ps.pt](mailto:accaosocialista@ps.pt)